

*Brasil - Brasil
Finanças - Brasil*



1290003783

TCC/UNICAMP
M491b
1290003783/IE

Universidade Estadual de Campinas

MONOGRAFIA

O Banco do Brasil frente as mudanças no cenário financeiro brasileiro

Aluno: Fabrício de Melo

Orientadora: Profa. Carla Cristiane Lopes Corte

Carla Cristiane Lopes

Instituto de Economia

Dezembro - 2008

TCC/UNICAMP
M491b
1290003783/IE

1290003783

Resumo

O objetivo deste trabalho é mostrar a trajetória do Banco do Brasil frente as principais alterações no contexto econômico brasileiro desde os anos 1990. O desempenho do setor bancário, principalmente do Banco do Brasil, está diretamente associado a mudanças importantes que ocorreram nos anos 90 e que acabam por remodelar não somente a dinâmica, mas também os agentes e seus papéis. Verificam-se também mudanças de ordem no aparato regulatório e a busca por adequação por parte das instituições nacionais aos parâmetros estabelecidos mundialmente pelo acordo de Basiléia. Tais modificações inserem-se em um contexto de expressivo crescimento dos padrões de concorrência, fortemente pautado pela eficiência operacional e expansão do poder de mercado das instituições, algo impulsionado prioritariamente pela lógica empresarial capitalista financeira. Com a consolidação e internacionalização do setor bancário nacional, fazemos aqui uma análise da postura da instituição frente as principais mudanças, assim como a alteração de sua trajetória em resposta aos principais obstáculos impostos a mesma. A questão a ser respondida nessa abordagem é em relação a motivação da alteração de estratégia e gestão da instituição, visto sua história atuação como banco social nacional.

Palavras-chaves: Banco do Brasil; Consolidação Bancária; Internacionalização Bancária Nacional; Reestruturação do Setor Bancário; História do Banco do Brasil; Indicadores de Eficiência; Crise Subprime.

Índice

Resumo.....	2
Introdução.....	3
Capítulo 1 – Uma avaliação do Contexto Econômico: As Transformações no Espaço de Concorrência e no Marco Regulatório.....	5
Seção 1.1 – Desregulamentação financeira e consolidação bancária internacional	5
Seção 1.2 – Fatores de atração do mercado bancário brasileiro	11
Seção 1.3 –Reestruturação e internacionalização bancária nacional	12
<u>Capítulo 2 –História e evolução do Banco do Brasil</u> 27	
Introdução 27	
Seção 2.1 – Criação e trajetória do Banco do Brasil no século XIX.....	28
Seção 2.2 – Evolução e atuações decisivas do Banco do Brasil na economia brasileira durante o Século XX	29
Seção 2.3 – Os desafios do Banco do Brasil na década de 1990	33
Seção 2.4 – Indicadores Operacionais e de Eficiência.....	37
Seção 2.4.1 – <i>Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (RSPL)</i>	38
Seção 2.4.2 – <i>Margem Líquida</i>	39
Seção 2.4.3 – <i>Custo Operacional</i>	40
Seção 2.4.4 - <i>Alavancagem</i>	43
Seção 2.5 – Evolução das Operações Totais de Crédito.....	44
Seção 2.6 –Banco do Brasil e a Crise Recente	47
Conclusão Final.....	50
Referências Bibliográficas	53

Introdução

Na atualidade é bastante expressivo o crescimento das operações no mercado bancário nacional, principalmente no que diz respeito ao crédito ao consumo. Tal desempenho está diretamente associado a mudanças importantes que ocorreram nos anos 90 e que acabam por remodelar não somente a dinâmica, mas também os agentes e seus papéis. Verificam-se também mudanças de ordem no aparato regulatório e a busca por adequação por parte das instituições nacionais aos parâmetros estabelecidos mundialmente pelo acordo de Basiléia. Tais modificações inserem-se em um contexto de expressivo crescimento dos padrões de concorrência, fortemente pautado pela eficiência operacional e expansão do poder de mercado das instituições, algo impulsionado prioritariamente pela lógica empresarial capitalista financeira. No bojo de tais acontecimentos, evidenciam-se as ações tomadas pelas instituições bancárias que se vêem compelidas a responder a um ambiente de negócios em que transformações ocorrem de forma muito rápida e que estimula sobremaneira uma lógica agressiva de concorrência. Dentre tais unidades de negócios destaca-se o Banco do Brasil, maior instituição financeira pública federal e a maior instituição bancária nacional em termos de operações ativas que nos últimos anos têm sinalizado uma estratégia fortemente pautada pela lógica empresarial financeira, aproximando-se muito do *modus operandi* dos bancos privados em detrimento a sua função clássica de banco público federal responsável por projetos de fomento e desenvolvimento socioeconômico.

Essa estratégia, claramente organizada depois de um período de forte inércia (basicamente os anos 90) explica-se, sobretudo, pelo acirramento da concorrência que ocorre a partir da abertura econômica a instituições internacionais e a consolidação bancária.

Dada à importância que o Banco do Brasil historicamente assumiu no processo de financiamento da economia brasileira, evidencia-se a necessidade de analisar as transformações pelas quais a instituição passa, principalmente a partir de 2001, ressaltando em especial as razões pelas quais o banco cada vez mais se distancia de suas funções sociais; Em outras palavras, o que se verifica é que esse braço ativo do setor público transita gradualmente para a lógica do capital privado, auferindo ano após ano lucros recordes e aumentando cada vez mais a presença do capital financeiro privado em seu capital social.

Até o presente momento, há estudos relacionados aos diversos momentos de transformações pelo qual o Banco do Brasil passou, sendo eles focados nas transformações da década de 80 e 90 e também neste período mais recente a partir de 2001. O objetivo principal desse trabalho é buscar aprofundar tais análises no sentido em que busca avaliar não apenas os resultados financeiros e de eficiência do período e sim ressaltar qual o foco destes resultados alcançados em detrimento do papel anteriormente atribuído a instituição como um banco público. Para tanto, torna-se fundamental avaliar o sentido de uma maior participação do capital privado na instituição, do predomínio da lógica empresarial financeira e dos impactos sobre o mercado concorrencial bancário nacional ocorridos na década de 90 e intensificado nos últimos anos.

Com o intuito de dar abrangência à análise, será elaborado um panorama do sistema bancário nacional nos anos 90, assim como as transformações observadas no âmbito doméstico e internacional no que diz respeito à liberalização econômica, desregulamentação financeira, reestruturações dos bancos nacionais e crises bancárias. Tais condicionantes conformarão o primeiro capítulo da pesquisa. Na seqüência o objetivo é avaliar o papel que o Banco do Brasil assume como espaço de financiamento da economia brasileira, ressaltando, sobretudo os motivos pelos qual o banco cada vez mais se aproxima de uma lógica de gestão de natureza privada. Tais discussões serão objetos de análise dos capítulos 2. Finalmente, nas considerações finais, a busca é por ressaltar os aspectos decisivos que foram colocados ao longo de trabalho, buscando dar consistência ao argumento que sustenta essa pesquisa: há claramente um direcionamento estratégico por parte da instituição de se aproximar da lógica do mercado, afastando-se de suas funções sociais.

Capítulo 1

Uma avaliação do Contexto Econômico: As Transformações no Espaço de Concorrência e no Marco Regulatório

O objetivo desse capítulo é correlacionar os determinantes, sejam de ordem externa ou doméstica que contribuíram para o acirramento da concorrência no setor bancário brasileiro. Tais fatores acabam por construir um cenário de forte consolidação e internacionalização do mercado bancário no Brasil. Tais características não estão circunscritas ao âmbito doméstico, mas, ao contrário, são tendências gerais que passam a serem reproduzidas, inclusive com forte aparato do Estado, como forma de "modernização" da indústria bancária brasileira. Nesse sentido, o processo de internacionalização do sistema bancário brasileiro não responde somente a uma busca por parte dos bancos internacionais de operarem o mercado brasileiro, mas também de um forte esforço de um governo que entende ser o caminho da integração econômica o melhor (senão o único) caminho a seguir. Portanto, a busca nesse capítulo é reforçar que as fortes transformações pelas quais passa a indústria bancária desde meados dos anos 90 no Brasil estão associadas tanto aos processos de consolidação e internacionalização da indústria bancária estrangeira como aos condicionantes domésticos e interesses do governo que possibilitaram e facilitaram o movimento internacional.

1.1 - Desregulamentação financeira e consolidação bancária internacional.

O processo de vinda dos bancos estrangeiros para o Brasil nos anos 1990 é determinado por alterações no quadro regulatório e de concorrência do sistema bancário internacional, este influenciado por um processo amplo de reestruturação do sistema financeiro, o qual ganhou força principalmente a partir dos anos 1980. Nesta linha, o conjunto de alterações estimulou o processo de internacionalização dos bancos, principalmente europeus, na procura por novos mercados como resposta a crescente concorrência nos países desenvolvidos, dando início aos bancos universais globais.

A reestruturação financeira surge como resposta à instabilidade de preços, juros, câmbio e inflação nos países desenvolvidos, tomando especial relevância para que se entenda o reposicionamento dos bancos internacionais. Neste processo foram amplos os impactos sobre a concorrência dos mercados, visto a queda dos retornos com intermediações financeiras, introdução de

inovações no setor, surgimento de novos agentes, processos de fusões e aquisições, consolidação da União Européia e a liberalização financeira. Tais aspectos acabam por induzir os bancos à busca por maior poder de mercado em mercados internacionais.

As funções primordiais do sistema financeiro, em particular dos bancos até a década de 80, era a de intermediação financeira ou financiamento direto (emissão de títulos contra si mesma), sendo responsáveis pela maior parte das fontes de receitas das instituições. O rápido crescimento das operações de securitização financeira dos anos 1980 e 1990 causaram enorme redução na geração de receitas aos bancos internacionais. Com as operações de securitização, tomadores de recursos podiam fazer empréstimos diretamente no mercado, sem a necessidade de recorrerem a uma instituição financeira para intermediar tais operações. Ocorreu uma grande ampliação do mercado de títulos como forma de financiamento direto das empresas, visto a oportunidade, por meio de inovações financeiras, de se captar recursos no mercado com taxas inferiores as praticadas pelos bancos. O processo de securitização ocasionou transformações e transferências dos riscos e retornos, visto que os riscos das operações de créditos foram pulverizados, assim como os retornos.

Tal processo, designado como desintermediação financeira, alterou o papel das instituições financeiras, inclusive o dos bancos, que passaram a operar de forma mais intensa em mercados organizados de ativos, ou seja, eles passaram a serem agentes de securitização. A tendência ao crescente papel da securitização caracterizou um novo padrão de financiamento, com novas formas de financiamento e novos atores, trazendo consigo enormes reduções aos bancos no que diz respeito às intermediações financeiras e suas receitas.

O processo de desregulamentação financeira relevou o papel de outros agentes institucionais não bancários ao sistema, principalmente fundos de pensão, seguradoras e fundos mútuos (outros gestores de poupança coletiva, conhecidos como investidores institucionais). Os fundos de previdência, principalmente nos países desenvolvidos, historicamente foram fortes na captação de recursos de longo prazo. Com a liberalização e reformas previdenciárias ocorreram intensos incrementos nas quantidades de recursos disponíveis a essas instituições para aplicações no mercado de títulos primários e secundários, expandido pelo movimento de securitização, podendo elas competir com os bancos como credores no mercado, visto a atratividade nos retornos investimentos.

O crescimento dos investidores institucionais teve diversos impactos no funcionamento dos sistemas financeiros, principalmente no que tange o sistema bancário em si. Neste último, pode-se notar o aumento do volume de transações e a maior seletividade dos investidores, implicando na aquisição de vantagens competitivas significativas por parte dos maiores bancos e na estratégia de alocação de portfólio desses investidores, o que indica a operação em diversos mercados ao mesmo tempo. Também a conglomeração acarretou ganho de competitividade, tendo-se em vista as economias de escalas e escopo geradas pelas instituições.

Neste contexto de desregulamentação, os processos de fusões e aquisições intensificam-se, dados os ganhos com economias e vantagens competitivas, sendo em grande medida decorrentes dos desafios competitivos instaurados. É possível destacar como motivos intensificadores ao processo quatro elementos relevantes. Primeiro: a desintermediação e ampliação da concorrência com a entrada de instituições não bancárias, gerando uma postura estratégica dos bancos por buscas de maiores parcelas de mercado, visto a entrada de novos agentes e a queda de receitas com intermediação, aumentando assim o esforço por maior poder de monopólio e o *mark up* sobre a taxa de juros básica da economia. Segunda: desenvolvimento do mercado de capitais, títulos e derivativos, trouxe maior disponibilidades de recursos permitindo as instituições avançarem nos processos de F&A. Terceira: O desenvolvimento tecnológico permitiu ampliação do processo de expansão, possibilitando maior controle administrativo, automação bancária e engenharias financeiras que ocasionassem maiores economias de escala e escopo com a geração de novos serviços financeiros. Quarto: A anuência das instituições reguladoras, permitindo a expansão geográfica e praticamente eliminando os entraves às operações de F&A.

Na Europa, além dos motivos mencionados acima, a criação do Mercado Único Europeu deu liberdade para a livre circulação de capital e prestação de serviços bancários, reduzindo as barreiras de eficiência para consolidação bancária dentro das fronteiras da União Européia, o que alterou a estratégia competitiva no mercado bancário, instaurando um cenário de competição baseado na proximidade geográfica e posteriormente um incremento as F&A. Ao reduzir, ou praticamente eliminar, as diferenças entre as moedas, estruturas regulatórias e regras contra investidores estrangeiros por parte dos países membros, ocorreu uma facilitação e queda nos custos para que as instituições financeiras operassem através dos países da região. Estas condições criadas foram praticamente às mesmas que impulsionaram os processos de F&A ocorridos anteriormente nos EUA.

Neste cenário de intensificação concorrencial, gerado pela desregulamentação financeira, a estratégia dos bancos foi voltada para a busca de novos mercados e conglomerar as atividades. Por meio da extroversão de atividades a firma poderia aumentar as oportunidades de exercer sua capacidade de crescimento que, de outro modo, não poderia realizar-se nos mercados tradicionais, o que permitiria a incorporação de vantagens associadas à própria internacionalização das atividades do banco. Os bancos puderam então se beneficiar mais facilmente de oportunidades de arbitragem e das diferentes estruturas tributárias e reguladoras, às quais eram submetidos, além de poderem atender de modo mais eficaz às multinacionais suas clientes. A tabela 1 demonstra como aumenta a participação dos bancos estrangeiros nas operações bancárias (operações ativas) de países não centrais.

Tabela 1-

Participação de Bancos Estrangeiros nos Ativos Totais de Sistemas Bancários Domésticos			
País	1994	1999	2000
República Checa	5,8	49,3	66,0
Hungria	19,8	56,6	62,0
Polônia	2,1	52,8	70,0
Turquia	2,7	1,7	n.a.
Argentina	17,9	48,6	49,0
Brasil	8,4	16,8	23,0
Chile	16,3	53,6	54,0
Colômbia	6,2	17,8	26,0
México	1,0	18,8	24,0
Peru	6,7	33,4	40,0
Venezuela	0,3	41,9	42,0
Coréia do Sul	0,8	4,3	3,0
Malásia	6,8	11,5	18,0
Tailândia	0,5	5,6	12,0

Fonte: Alves, Carvalho, Studart (IPEA, 2002, p.10)

Verifica-se também um forte processo de concentração bancária. A tabela 2 demonstra o claro processo de consolidação bancária no europeu e no americano, o que acaba por influenciar e modificar a trajetória concorrencial bancária mundial, fazendo com que a acirrada concorrência nos mercados domésticos faça com que os bancos estendam sua trajetória de consolidação para outros países, principalmente os em desenvolvimento.

Tabela 2-

Número de instituições e grau de concentração, na reestruturação bancária, em países selecionados — 1980-1997

PAÍSES	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES (1)			PICO DESDE 1980		
	1980 (3)	1990	1997	Quantidade de Insti-tuições	Anos	Δ% (4)
Estados Unidos	36 103	27 897	22 140	36 103	1980	-38,7
Japão	547	605	575	610	1988	-5,7
Zona do euro (6)	9 445	8 979	7 040	9 445	1985	-25,5
Áustria	1 595	1 210	995	1 595	1980	-37,6
Bélgica	176	157	136	176	1980	-22,7
Finlândia	631	498	341	631	1985	-46,0
França	1 033	786	567	1 033	1984	-45,1
Alemanha	5 355	4 721	3 577	5 355	1980	-33,2
Itália	1 071	1 067	909	1 109	1987	-18,0
Países Baixos	200	180	169	200	1980	-15,5
Portugal	17	33	39	39	1997	-
Espanha	357	327	307	378	1982	-18,8
Noruega	346	165	154	346	1980	-55,5
Suécia	598	498	124	598	1980	-79,3
Suíça	478	499	394	499	1990	-21,0
Reino Unido	796	665	537	796	1983	-32,5
Austrália	812	481	344	812	1980	-57,6
Canadá	1 671	1 307	942	1 671	1984	-43,6

Fonte: Paula, L.F. R. (2002, p.41)

A consolidação bancária na Europa e nos Estados Unidos apresentam os mesmos princípios. No entanto, a americana intensifica-se em disputas no território doméstico, visto o espaço para maiores F&A e o acirrado processo de consolidação americano. Já as instituições europeias, em um primeiro momento concentram-se em processos de consolidação dentro na própria Europa e em um segundo momento, visto a necessidade de atingir novos mercados, expandem-se para os países em desenvolvimento na buscas por receitas adicionais, em especial a América Latina.

De forma geral, a presença dos bancos europeus na América Latina, até meados dos anos 90, era justificada pela exploração do segmento de mercado criado pelas empresas multinacionais de seus países de origem, assim como a seus funcionários. Após os anos 90, a lógica do investimento direto dos bancos no exterior passou a ser de extensões internacionais de seus mercados domésticos.

A determinação do IDE para a América Latina foi pautada por duas variáveis. A primeira foi a motivação para realizar o IDE e, a segunda, os fatores de atração. A motivação para IDE bancário pode ser justificada pelo processo de liberalização e desregulamentação financeira de alguns países, como o Brasil, e pelas mudanças estratégicas dos bancos em razão das novas tendências concorrenciais do sistema financeiro. Quanto aos fatores de atração, é possível mencionar as expectativas destes bancos quanto ao crescimento das economias emergentes, bem como a evolução da estrutura regulatória, e as possibilidades de receitas oriundas da operação nestes determinados países, o que determina o grau de atratividade de uma economia diante das demais. Outro fator de destaque é que o processo de liberalização das economias emergentes veio acompanhado pelas privatizações, exigindo recursos complexos de operações financeiras, intensificando os fluxos financeiros e comerciais entre empresas multinacionais, o que daria vantagem aos bancos internacionais quanto ao conhecimento e a eficiência nestes serviços.

Neste contexto, os bancos dos países emergentes ver-se-iam em desvantagem diante do avanço dos bancos internacionais, visto a menor experiência no mercado financeiro internacional, menor eficiência e com menores vantagens comparativas.

De modo geral, ocorreu uma mudança no comportamento estratégico dos bancos no mundo todo, tendo por um lado à necessidade de alternativas de *funding* e de maior diversificação de seus riscos, e por outro lado, uma nova ênfase ao retorno ao acionista. O aumento da competitividade e a desintermediação levou a uma queda das receitas, aumentando a pressão dos acionistas por maiores lucras, fazendo com que os bancos procurassem fontes alternativas de *funding* e receitas nos mercados domésticos e estrangeiros, incentivando a consolidação e a expansão para outros países.

1.2- Fatores de atração do mercado bancário brasileiro

A recente onda de bancos estrangeiros na América Latina, no Brasil em particular, foi marcada predominantemente por instituições européias, algo que se deve principalmente ao processo de consolidação bancária na Europa, ao contexto da implementação a União Monetária Européia (UME) e a intensificação da desregulamentação financeira. A pequena participação dos bancos americanos no processo pode ser justificada pelo fato de já terem uma antiga participação no mercado latino-americano e estarem absorvidos pelo processo de F&A no próprio mercado americano.

Os principais fatores de atratividade do mercado brasileiro, quanto aos bancos estrangeiros, estavam relacionados às expectativas de retornos e de alterações nos marcos regulatórios, o que permitiria maior liberdade de atuação e faria com que o mercado bancário de varejo tivesse um crescente aumento de atratividade durante os anos 1990.

Quanto aos retornos financeiros, foi "vendido" aos bancos estrangeiros a idéia de que havia um baixo coeficiente de "bancarização" no Brasil, herança do período de grande inflação e, portanto, um grande potencial para o crescimento no mercado varejista, principalmente no que diz respeito às operações de crédito e serviços bancários, associado tais fatos à tradição de lucros elevados.

Em termos práticos, o ideário de liberalização econômica do governo de então (Fernando Henrique Cardoso) veio acompanhado pela forte entrada de bancos estrangeiros e a orientação do governo passou a ser claramente favorável a entrada dos mesmos, em especial pela compra de bancos em dificuldades financeiras ou quebrados e também pela aquisição de instituições em processo de privatização. Um movimento de grande importância no período foi a progressiva liberalização dos fluxos de capitais, conferindo diferencial aos bancos estrangeiros, perante os nacionais, por sua *expertise* em transações nos mercados mundiais.

De fato, a liberalização da entrada de bancos estrangeiros no país teve início, em agosto de 1995, sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, com projetos de emendas constitucionais que suprimiram a maioria das restrições às empresas estrangeiras no Brasil. O governo brasileiro passou a permitir e estimular a entrada de bancos estrangeiros no território nacional, tendo como uma das justificativas a redução dos juros e custos operacionais ao usuário final.

Dentre os demais motivos do governo, é apontada a fragilidade dos bancos nacionais com o fim da inflação elevada, período no qual a arbitragem conferia-lhes grandes receitas, deixando claro a falta de receita para que os mesmos implantassem um contínuo processo de renovação tecnológica, características de instituições competitivas, assegurando maior remuneração ao poupador, menor custo ao tomador e maior eficiência alocativa de recursos. A alegação do governo, por meio da EM No. 311 deixava clara a posição de que as instituições financeiras brasileiras tinham baixa eficiência administrativa e que compensavam esta deficiência com os altos ganhos de arbitragem do período de alta inflação.

A posição de incentivo governamental pôde ser justificada também pela política econômica do período, visto a abertura externa e captação de recursos como forma de equilibrar a balança de pagamentos.

Além dos aspectos mencionados, o interesse do governo de vender bancos sob intervenção ou liquidação para reduzir os custos assumidos pelo Banco Central tomaram grande destaque, propiciando o espaço para os bancos estrangeiros de entrarem no mercado nacional por meio de aquisição de estruturas e redes bancárias já estabelecidas no país.

1.3- Reestruturação e internacionalização bancária nacional.

As condições de concorrência no mercado bancário brasileiro do período em questão, assim como sua reestruturação, possuem forte relação com o período de instabilidade econômica predominante até meados dos anos 90. Os bancos brasileiros de varejo conseguiram não apenas se fortalecer durante os momentos de inflação alta, como também foram capazes de se antecipar à passagem para inflação baixa que viria após 1994. Esta estratégia permitiu aos grandes bancos o aproveitamento da lucratividade do período que se seguiu logo após a queda da inflação.

O sistema bancário brasileiro, durante a alta inflação, aproveita-se de altos lucros com arbitragem, efetuando baixos volumes de empréstimos, contínuo desenvolvimento operacional e tecnológico. Isso foi possível devido à alta inflação possibilitar ganhos excepcionais, apesar de tender

a amplia riscos com instabilidade macroeconômica e o momento de se antecipar aos efeitos das medidas de estabilização que poderia ser adotadas. Durante os anos 1980 e 1990, os elevados lucros dos bancos brasileiros permaneceram apesar da instabilidade da política econômica e, ao contrário do ocorrido em outros países endividados, no Brasil não houve crise bancária nesse período.

Este desempenho pode ser explicado não apenas pelos ganhos dos bancos com a inflação alta, mas também pelas políticas econômicas utilizadas para o enfrentamento da crise nos anos 1980, tendo o setor público assumido boa parte da dívida externa e dos problemas da crise cambial. Isso fez com que não ocorresse insolvência generalizada de empresas, mesmo com corte abrupto do financiamento externo, das duas máximas valorizações cambiais de 30% (1979 e 1983), da recessão de 1981/1983, da forte alta dos juros e da retração do crédito.

Como forma de tomar proveito com um cenário econômico de inflação alta, os bancos operavam com aplicações de curtíssimo prazo, *overnight*, em títulos federais, os quais possuíam juros monitorados pelo BC e auferiam ganhos reais aos aplicadores. Como intermediários, os bancos compravam títulos públicos, com vencimentos de médio e longo prazo, os quais indexavam aos depósitos do público por um dia, mediante compromisso de recompra a preço definido. Ainda assim, como medida do BC para assegurar a rentabilidade aos bancos na operação dos depósitos *overnight* e minimizar o risco de o custo diário de financiamento superar a rentabilidade dos títulos, era assegurado o financiamento diário aos bancos caso as expectativas de juros se alterassem de forma imprevista.

Pela tabela 3, pode-se constatar que no período que antecedeu a estabilização inflacionária (1990-1993), as receitas dos bancos relativas ao *float* dos depósitos de *overnights* eram, em média, 38,5% do valor da produção dos bancos (diferença entre juros recebidos e pagos).

Tabela 3 –

Receitas inflacionárias das instituições bancárias (%)

Ano	Receitas Inflacionário/PIB			Receitas Inflacionárias/Produção Imputada		
	Privado	Público	Priv.+ Públ.	Privado*	Público	Priv.+ Públ.
1990	1,4	2,6	4,0	31,3	38,7	35,7
1991	1,4	2,4	3,9	34,7	46,5	41,3
1992	1,7	2,3	4,0	31,3	55,5	41,9
1993	1,6	2,7	4,2	19,6	67,7	35,3
1994	0,7	1,3	2,0	11,1	38,4	20,4
1995	0,0	0,1	0,0	-0,9	2,5	0,6

Fonte: Paula, L.F. R. (2004, p. 14)

Com o Plano Real, estas receitas caíram a quase zero em 1995, visto o processo de estabilização dos preços e o fim dos depósitos no *overnight*. Houve a necessidade de mudança estratégica no setor e adequação ao novo ambiente econômico, como conseqüência. Devido a remonetização da economia e ao crescimento do consumo, visto a queda da inflação, os bancos direcionaram suas estratégias para a intermediação financeira, obtendo receitas por meio do aumento da concessão de crédito e cobrança de tarifas bancárias. Além deste reposicionamento quanto à rentabilidade, os bancos promoveram ajustes às estruturas patrimoniais e operacionais, envolvendo redução de custos com funcionários e F&A, conseqüentemente aumento a eficiência e as economias de escala. Tais fatos podem ser considerados quando se avalia a tabela 4 que demonstra a diminuição do volume de emprego no período.

Tabela 4 -

Estoque estimado de empregos no setor financeiro (*)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Jun/99
Estoque	811.425	740.745	687.326	669.413	658.849	624.756	558.691	497.109	463.329	420.218	408.209
Var. Absoluta	12.424	-70.680	-53.419	-17.913	-10.564	-34.093	-66.065	-61.582	-33.780	-43.111	-12.009
Var. Relativa	n.d.	-8,7%	-7,2%	-2,6%	-1,6%	-5,2%	-10,6%	-11,0%	-6,8%	-9,3%	-2,9%

Fonte: Paula, L.F. R. (2004, p. 23)

Como é possível observar, houve uma redução acentuada no estoque de empregos no setor financeiro no período de 1990 a 1999, o que caracteriza uma redução dos custos com funcionários pelas instituições.

No meio desta profunda alteração econômica, os bancos varejistas passaram a trabalhar oferecendo serviços insubstituíveis, vinculados à sua rede e às linhas de crédito que podiam operar com base nos recursos não remunerados ou remunerados com juros abaixo dos do mercado. Os bancos privados focaram-se em um movimento amplo de redução de custos, principalmente por meio da informatização.

Ainda na busca das receitas perdidas com o fim das altas taxas de inflação, os bancos procuraram desenvolver serviços financeiros especializados, incluindo fundos mútuos de aplicação, a prestação de serviços de engenharia financeira, a estruturação de empréstimos externos, a fusões e a aquisições.

Em termos de diversificação patrimonial, grande parte dos grupos que controlavam os bancos passou a investir em empresas do setor produtivo por meio de aquisição de participações em empresas consolidadas, ou líderes dos setores atuantes, ou por controle e participação acionária para reestruturar a empresa e revendê-la em seguida.

A resposta dos bancos a queda da inflação, intensificando o crescimento das operações de crédito ao consumidor e ao comércio, apesar de drásticas medidas adotadas pelo governo para contê-las, não seria possível sem um relaxamento das avaliações de riscos. Num plano econômico de estabilização com base em âncora cambial, como o Plano Real, fazia-se necessário um patamar elevado de taxas de juros reais domésticas, algo que se aprofundou com a resposta da política economia a crise mexicana de 1994, comprometendo assim a solvência da carteira de crédito de diversos bancos nacionais. Houve então um desequilíbrio que afetou de forma negativa as instituições nacionais públicas e privadas com maiores proporções de seus ativos em empréstimos, gerando problemas de solvência e liquidez as mesmas.

Os efeitos da queda da inflação e da instabilidade macroeconômica do início do Plano Real, fizeram com que o BC, na tentativa de evitar um colapso ou descrença no setor bancário, acumulasse

em seu poder bancos quebrados. A instabilidade só não se transformou em crise bancária em virtude da rápida intervenção do governo, mas, ainda assim, houve intervenção em bancos como o Econômico e o Nacional, bem como em outros 21 bancos, de outubro de 1994 até o fim de 1995. Como consequência, o sistema bancário brasileiro teve que passar por um acelerado processo de reestruturação guiado e estimulado diretamente pelo governo. Houve a implantação de programas de assistência de liquidez e de saneamento financeiro do sistema, o qual envolveu, inclusive, estímulos à privatização e reestruturação dos bancos estaduais.

Com a intervenção no Banco Nacional, além das conhecidas situações dos Bancos Econômico e Nacional (3º e 4º maiores do país em 1995), em Novembro de 1995 foi criado o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), no qual o BC estava autorizado a liberar recursos para que instituições sólidas adquirissem o controle acionário de bancos com dificuldades, dando assim incentivo a fusões e aquisições.

Na seqüência, em Fevereiro de 1997, foi criado o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), implementado em função de problemas que vinham ocorrendo com bancos estaduais. Antes mesmo das dificuldades enfrentadas pelos bancos com a queda inflacionário e o início do Plano Real, já se discutia a participação do Estado no sistema financeiro. Sendo assim, como o PROER, o PROES tinha o objetivo de saneamento das instituições financeiras, com forte foco nas instituições de natureza pública estadual, diminuindo a participação do Estado e preparando-os para a privatização. Ver tabela 5.

Tabela 5 -

Privatização de bancos estaduais

Data	Instituição privatizada	Instituição compradora	Valor (R\$ milhões)	Ágio (%)
26.06.1997	Banerj	Itaú	311	0,4
07.08.1997	Credireal	BCN	121	0,0
04.12.1997	Meridional	Bozano, Simonsen	266	55,0
14.09.1998	Bemge	Itaú	583	85,7
17.11.1998	Bandepe	ABN Amro	183	0,0
22.06.1998	Baneb	Bradesco	260	3,2
17.10.2000	Banestado	Itaú	1625	303,2
20.11.2000	Banespa	Santander	7050	281,1

Fonte: Banco Central/Depep/GCI, 25.10.2000. In: Rocha (2001, p. 10).

Os dois programas tiveram importantes instrumentos institucionais para a reestruturação do sistema bancário brasileiro, viabilizando toda uma política de atração de grandes bancos estrangeiros, além do propósito governamental de reduzir a presença dos bancos públicos no sistema bancário brasileiro.

Configurado o quadro concorrencial e de consolidação do sistema bancário internacional, sobretudo o europeu, aliado aos estímulos do mercado bancário nacional, cria-se o ambiente para estimular fortemente a entrada de bancos estrangeiros no Brasil e para "modernizar" o sistema bancário brasileiro. A tabela 6 busca demonstrar como aumenta a participação dos bancos estrangeiros nas operações bancárias no Brasil.

Tabela 6 -

Presença de Bancos Estrangeiros no Mercado Nacional: Alguns Indicadores

Em %

Instituição	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ativos Bancários								
Bancos Públicos	50,9	51,4	52,2	50,9	50,1	45,8	43	44
Bancos Privados Nacionais	40,7	41,2	39,2	39	36,8	35,3	33,1	32,2
Banco com Controle Estrangeiro	8,4	7,4	8,6	10,1	13,1	18,9	23,9	23,8
Depósitos de Sistema Bancário								
Bancos Públicos	56,3	55,9	58	61,2	59,1	51,2	50,6	48,5
Bancos Privados Nacionais	38,8	39,4	36,4	34,1	32,9	33,1	31,8	33,2
Banco com Controle Estrangeiro	4,9	4,7	5,6	4,7	8	15,7	17,6	18,3
Créditos do Sistema Bancário								
Bancos Públicos	61,8	59,1	62,1	58,1	52,2	53,2	47,5	46,6
Bancos Privados Nacionais	31,5	35,4	31,8	32,7	35,4	31	31,7	33,1
Banco com Controle Estrangeiro	6,7	5,5	6,1	9,2	12,4	15,8	20,8	20,3

Fonte: Boletim Mensal do Banco Central do Brasil. Março de 2004. In: (Vidotto, 2002:6)

De acordo com a tabela observa-se que a partir de 1995 houve um crescimento acelerado da participação estrangeira no mercado bancário nacional, participação esta que ocorre principalmente por meio de processos de fusões e aquisições de estruturas já existentes. Como resultado no período, verifica-se que no ano 1993 os bancos com controle estrangeiro detinham 8,4% do total de ativos do mercado nacional, algo que salta para 23,8% no ano 2000. O mesmo ocorre com a participação dos

bancos com controle estrangeiro nos depósitos, passando de 4,9% em 1993 para 18,3 em 200, e na totalidade dos créditos, incrementado de 6,7% para 20,3 sua participação no período.

Os bancos privados nacionais, ao observarem a entrada dos grandes bancos estrangeiros, iniciaram uma mudança estratégica por meio de participação ativa em processos de F&A, buscando a garantia de sobrevivência no mercado bancário nacional buscando as mesmas vantagens que os bancos estrangeiros buscaram em processos anteriores de aquisições e conglomeração, ou seja, ganhos de economias, poder de mercado e vantagens comparativas, garantindo assim suas rentabilidades e o interesse dos acionistas.

Os bancos públicos, por sua vez, acabaram por demonstrar fragilidades estruturais. No que se refere aos bancos estaduais, verificou-se um grau de fragilidade de tal natureza que se opta por excluir tais instituições do cenário bancário brasileiro. Aos bancos federais cabia outro destino.

No período em análise, o comportamento dos bancos federais e a trajetória macroeconômica brasileira foram marcados pela regressão do crédito internacional observada desde os anos 1980, forçando assim uma revitalização financeira e da missão das instituições federais, fazendo com que muitas buscassem uma aproximação das condições operacionais observadas nos bancos privados.

A ação governamental direcionada as instituições financeiras federais, em especial ao Banco do Brasil, foram pautadas por políticas macroeconômicas, setoriais e de atuação destes bancos no território doméstico. Outro aspecto a ser observado é como a política macroeconômica acabou por influenciar e determinar a reestruturação patrimonial das instituições.

O comportamento dos bancos federais refletiu o prolongamento da crise observada nos anos 1980, relacionando-se com a abertura financeira nacional e com o lançamento das bases institucionais da revitalização das instituições financeiras públicas federais (IFPFs). Com as crises monetárias, fiscais e financeiras dos anos 1990, além da restrição ao crédito internacional, os bancos públicos federais e estaduais tiveram um papel de submissão a programas de reformas distintos. Enquanto os Estados procuraram diminuir sua participação nos bancos estaduais o governo central procurou aumentar e intensificar sua presença nos bancos federais, algo que ficou claro no que diz respeito ao Banco do Brasil e sua significativa transformação patrimonial observada na última década.

O BB atravessou o ano de 1989 operando com um descasamento relativo ao crédito rural na ordem de US\$1 bilhão, decorrente principalmente da alteração dos indexadores atrelados ao Plano Verão (VIDOTTO, 1995:114). Ao entrar na década de 1990, o banco se deparou com a queda brusca na renda agropecuária verificada no Plano Collor, tencionando seu relacionamento com sua clientela mais tradicional ao tentar reaver recursos emprestados. Com a implantação da Taxa Referencial (TR), criada em 1991, esse distanciamento intensificasse ainda mais, dando um caráter inadequado ao crédito rural da instituição no que diz respeito à recuperação de seus recursos. É nesta esfera que se criam as bases que iriam detonar a crise no BB em 1995, fazendo com que o banco necessite-se de uma profunda revitalização patrimonial evitando sua falência.

Ainda no que tange as alterações patrimoniais e financeiras, o Banco do Brasil passou por profundas transformações no que diz respeito ao setor externo da economia. Inaugurado o retorno brasileiro ao acesso ao crédito internacional, iniciou-se uma “dolarização” de seus passivos, ao passo que em 1993 os procedimentos de renegociações da dívida externa fizeram com que a instituição se retirasse do circuito contábil que envolvia a dívida pública. Como consequência, o montante de crédito da instituição sofreu drástica redução, mas sem impacto efetivo no que diz respeito ao seu papel de fomento ou situação financeira.

Quanto às bases institucionais que vieram a conduzir o banco durante sua revitalização financeira, estas se constituíram num período de regressão creditícia e em direção oposta ao acordo feito entre o Banco Mundial e o governo brasileiro ao final dos anos 1980, onde se propunha erradicar o mecanismo de direcionamento as IFPFs. Essas bases institucionais e os programas que se seguiram contrastavam ainda com o ideal neoliberal do comando da política econômica nacional, bem como com a desregulamentação financeira e principalmente programas de privatizações. As ações contraditórias do Governo em relação às IFPFs, marcaram um recuo na atuação de fomento até o início da década de 1990, algo que seguiu paralelamente com a renovação de suas “missões institucionais” e a reconstituição dos requisitos necessários para a posterior revitalização financeira e retomada de fomento.

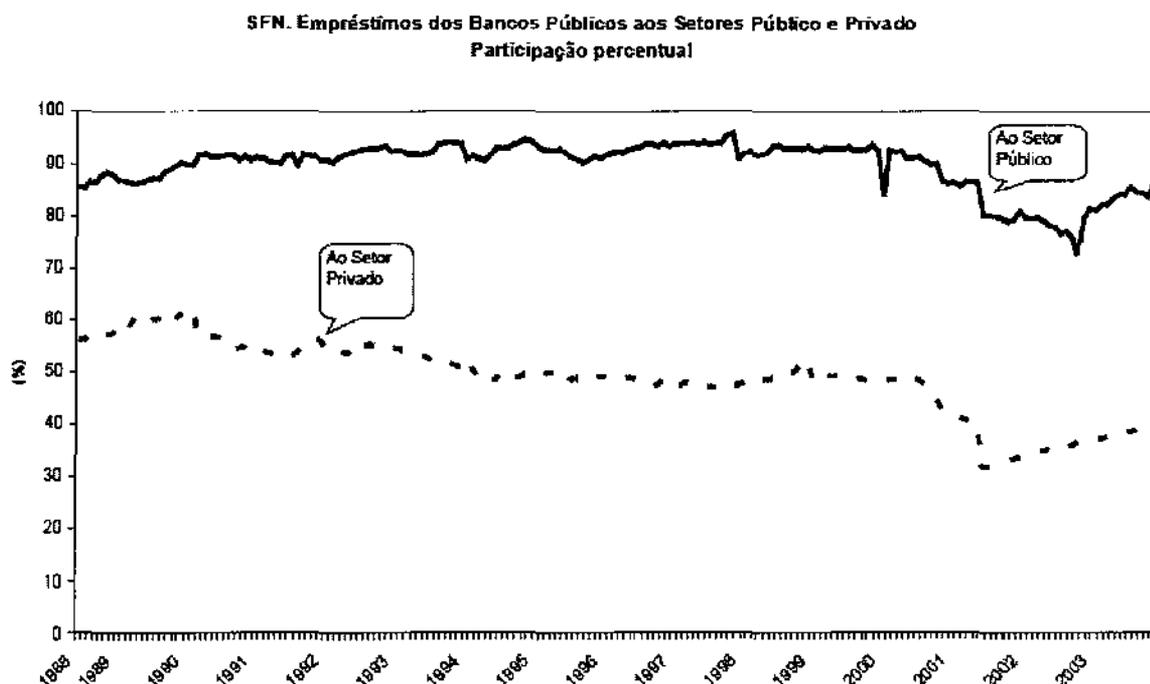
O suporte financeiro as instituições públicas e ao setor público como um todo pelas IFPFs, principalmente no que tange o BB, aumentou significativamente na segunda metade dos anos 1990, ao

mesmo tempo em que mudou sua forma. Quanto ao crédito ao setor privado, ocorreu um período de redução de participação (1992 a 1994) e retomada paulatina ao crédito (1994 a 1995), mantendo-se estável durante os primeiros anos do Plano Real. No que diz respeito ao BB, este diminuiu em um terço sua participação relativa no crédito privado no início do Plano Real, reluzindo efeitos da alteração contábil relativa à dívida externa (1993). Além disso, houve uma ampla re-securitização dos créditos rurais pós-1995 concentrados no BB (VIDOTTO 2002: 11). Neste mesmo período, o BB perde seu papel no mecanismo de reforço para a inserção da produção nacional em mercados externos, antes desempenhado pela Cacex, visto que o BNDES passou a desempenhar esta função.

As IFPFs ainda assumiram um importante papel quanto à reestruturação da dívida pública nacional, visto o aumento progressivo do financiamento do Tesouro Nacional via compra de títulos públicos, dada a impossibilidade da reestruturação patrimonial pública de ser absorvida por inteira pelos agentes financeiros privados. Como consequência, as instituições financeiras federais funcionaram como “variável de ajuste”, acomodando assim o processo em suas estruturas de ativos e passivos.

Neste processo, no qual as IFPFs absorveram em suas estruturas de ativos e passivos uma parcela da dívida pública nacional, os momentos que mostraram pronunciada queda da participação dos públicos geralmente correspondem a processos internos de reestruturação, ou seja, pausas para que se reorganize a estrutura operacional e patrimonial das instituições. Isso fica claro na Gráfico 1 a seguir que mostra as trajetórias de crédito dos bancos públicos para o setor público em geral e para o setor privado. Em 1995/1996, a limpeza da carteira de crédito do BB, que levou ao reconhecimento de profundo prejuízo com operações de crédito, puxou a participação do conjunto dos bancos estatais para baixo. Na sequência, deu-se a securitização da dívida dos produtores rurais, abatendo-se créditos principalmente do BB. Já em 1999, o movimento de ascensão e queda dos bancos públicos está relacionado ao envolvimento do BNDES no programa de privatizações.

Gráfico 1 -



Fonte: Boletim Mensal do Banco Central do Brasil. Março de 2004. In: (Vidotto, 2002:6)

O aumento progressivo do setor público como demandante de crédito das IFPFs veio acompanhado de novos critérios de gestão, dando maior seletividade e elevação do custo médio dos recursos para setores estratégicos e mais fragilizados. Quanto à origem deste processo, podemos associar a alteração de recursos orçamentários para *funding* de origem privada, mais caro, caracterizando aí a inserção das IFPFs na abertura financeira e as inovações gerenciais que acompanharam as operações de saneamento desses bancos, conferindo um novo aspecto de gestão aos mesmos. Temos destaque neste processo para o BB, que em processo anterior (1988) sofreu a extinção de sua conta-movimento.

Na esfera das mudanças ocorridas na primeira metade da década de 1990, o Banco do Brasil ainda foi capaz de apresentar balanço positivo em 1994, provavelmente decorrente da renegociação em larga escala de sua carteira de crédito. Em contraste com o esforço da diretoria do banco, o governo promoveu a retirada de recursos monetários da instituição no início de 1995, acentuando ainda mais a redução das receitas da instituição no período, algo que ainda foi potencializado pela apreciação do Real que atingiu negativamente os ativos do banco mantidos no exterior por orientação de política econômica. Como resultado do processo, em 1995 explode a crise no Banco do Brasil, apresentando

prejuízo de R\$2,4 bilhões, decorrente principalmente do provisionamento para devedores duvidosos. Somados aos prejuízos de 1996, o total negativo no balanço da instituição foi de R\$8,1 bilhão, envolvendo assim volumoso aporte de capital por parte do Tesouro Nacional. De certo modo, a capitalização do BB constitui-se no ápice de sucessivos movimentos após a extinção da contagem e o uso do BB pelo Estado para camuflar um certo protecionismo ao setor agrícola.

O “socorro” ao Banco do Brasil foi o marco efetivo na implantação de um “programa” de reestruturação dos bancos públicos. Nesse mesmo período, a queda da inflação aliada a outros fatores mencionados contribuiu para uma crise do sistema bancário nacional, propiciando dificuldades a instituições frágeis de diversos portes. O Banco do Brasil, assim como a Caixa Econômica Federal, foram acionados como primeiras barreiras para impedir que a crise se expandisse. Ambos funcionavam, de forma diferente, como “doadores” interbancários, numa tentativa de prover liquidez imediata ao sistema, ocultando assim uma participação mais energética por parte do Banco Central. Só o BB, em 1995, forneceu R\$4,5 bilhões ao Banco Nacional (Bacen, Ofício Presidencial 96/1464, 1998:110). A segunda barreira a eminente crise foi o PROER, Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, pelo qual só a CEF acessou R\$5,0 bilhões para a compra de carteiras imobiliárias de instituições a venda (Bacen, Ofício Presidencial 96/1464, 1998:110).

A estrutura do que viria a ser a reforma do sistema bancário nacional e financeiro vinha sendo desenvolvida no interior do Governo brasileiro desde o fim dos anos 1980, tanto pelo poder Executivo quanto pelo Legislativo. Na prática, a regulamentação e reestruturação foram sendo encaminhadas por resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), atos administrativos pelo BC e “medidas provisórias” editadas pelo poder Executivo. Em 1988 o BC implementou uma mini-reforma, tendo destaque os seguintes itens:

a) eliminarão a interferência governamental nos mercados de crédito e desenvolverão os mercados de capitais privados e os instrumentos de empréstimos a longo prazo; b) nivelarão as exigências de reserva legal para todos os instrumentos e instituições financeiras /.../ c) fortalecerão o ambiente operacional, mediante o aumento da competição entre os bancos e a introdução de um sistema de seguro de depósitos; d) apoiarão as reformas institucionais do Banco Central

.../; e) reestruturarão o sistema bancário estadual, mediante a liquidação ou a privatização dos bancos estaduais; e f) reformarão o sistema financeiro de habitação, mediante a eliminação do crédito direto e o desenvolvimento de fontes de recursos no mercado" (World Bank, 1988).

No entanto, a reforma e reestruturação bancária do setor vieram de forma efetiva em 1995, após a necessidade de capitalização do BB e a intervenção do Banespa pelo BC. Ao final de 1994, o BC colocou o Banespa, maior banco estadual, sob intervenção, afastando sua diretoria e colocando a instituição sob Regime de Administração Especial Temporária (RAET). O próximo passo foi à implantação do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), tendo como principal objetivo reduzir ou acabar com a participação dos estados em seus bancos por meio do processo de privatização, prevendo aportes de recursos para que os estados refinanciassem suas dívidas com seus bancos.

Com a Nota Técnica MF-20, o programa de reforma dos bancos evidenciava suas principais diretrizes de “estabelecer as missões estratégicas dessas empresas, seus objetivos, parâmetros de ajustamento e de linhas de ação” e principalmente de evitar que um banco público utilizasse mecanismos de subsídios cruzados, utilizando recursos provenientes de atividades comerciais para cobrir perdas com atividades supostamente de interesse social.

A crise, nas suas sucessivas etapas, foi respondida com uma maior gestão de seletividade da liquidez, reestruturação da propriedade no âmbito do capital nacional e, por fim, a abertura bancária ao capital estrangeiro. O PROER foi crucial para impulsionar estas duas últimas. A volumosa quantidade de recurso disponibilizada pelo BC, à ampliação do poder normativo e da capacidade de ação discriminatória desta instituição nos dá o grau de importância do programa. Foi também, como última medida, uma tentativa de solução doméstica para a crise de modo a resolvê-la a favor do capital nacional. No entanto, ele se converteu no oposto disso, uma vez que amadurecida a tendência à desnacionalização do sistema ele propiciou a mediação para a consolidação do processo (VIDOTTO 2002:16).

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), foi criado em Novembro de 1995 e entrou em efetiva funcionalidade em Maio de 1997.

Nesta data o BC transferiu para a União um saldo de R\$8,9 bilhões mantido junto às instituições controladas por ele sob a abrangência do programa. Em contrapartida, recebeu igual quantia em títulos federais. Vale salientar que a defesa do setor bancário empreendida não se limitou ao PROER. Destacam-se também os créditos originados dos “saques a descoberto” junto ao BC, registrados na conta de Reservas Bancárias dos bancos que sofreram intervenção.

Anteriormente ao Plano Real existia uma postura diferente entre os principais bancos brasileiros quanto à exposição ao risco de crédito. Os mais conservadores (Bradesco, Itaú e Unibanco) contrastavam com o perfil relativamente mais arriscado daqueles que futuramente enfrentariam um colapso com a crise (Nacional, Econômico, Bamerindus). O Nacional e o Econômico deram início a uma arrancada de crédito a partir de 1989, algo que foi acompanhado de marcantes irregularidades contábeis. A trajetória especulativa de exposição ao risco do crédito ocorria em paralelo com a estratégia de diversificação patrimonial dos grandes bancos.

No primeiro Plano Real instalou-se uma crise bancária em meio a características intrínsecas do sistema econômico brasileiro. A restrição monetária pós-crise do México se sobrepôs às dificuldades do ajustamento ao regime de baixa inflação, gerando efeitos intensos no segmento bancário e não bancário. Os bancos que tinham profundas deteriorações patrimoniais não tiveram como continuar a ocultar essas dificuldades, tendo ainda suas situações pioradas frente a seletividade do público quanto a transferência de depósitos para as instituições mais sólidas. Conseqüentemente, ao final de um longo processo de deteriorização patrimonial, o Econômico sofreu intervenção do BC, o que permitiu o afastamento da diretoria do banco e bloqueio total das aplicações dos correntistas. A deteriorização do Banco Nacional durante o período da crise teve trajetória similar à do Econômico. Neste contexto, a crise bancária assumiu mecanismos de propagação, sendo movida também pela desconfiança e especulação quando a solidez financeira das instituições mais frágeis e quanto a exposição ao risco de crédito.

O PROER veio então como uma segunda medida de contenção da crise bancária, visto que o esforço dos bancos federais de gerar liquidez ao sistema foi insuficiente. O programa veio semanas antes da intervenção do Banco Nacional, sendo anunciado como uma linha de assistência para custear gastos com a reorganização administrativa, operacional e/ou societária de instituições financeiras, envolvendo ainda desmobilizações de ativos e outras possibilidades. Adotou-se um modelo de *good*

bank / bad bank, no qual ocorreria a divisão do patrimônio original das instituições, sendo que os ativos de má qualidade seriam incorporados ao BC (*bad bank*), assim como o estoque de passivos em montante superior àqueles ativos. O *good bank*, deveria ser negociado com outra instituição, sendo ele composto pelos ativos bons do banco, tendo o equilíbrio com passivos em igual montante que incluiriam as obrigações junto ao público para garantir a normalidade dos negócios.

Com a interdição do Banco Nacional, o governo editou a Medida Provisória 1.182, dando a armação jurídica do PROER. Nesta base jurídica, entre as características mais marcantes temos a ampliação a responsabilização do controlador do grupo financeiro, o afastamento cautelar dos indiciados, a possibilidade do BC de realizar qualquer alteração societária e patrimonial nas instituições sob intervenção, além de uma gama flexível de atos de gestão. O BC passou a ter poder para exigir medidas de reforço patrimonial das instituições. Outro fator originado desta MP foi a autorização de uso de títulos ou garantias do Tesouro Nacional ou da administração federal indireta, como garantias dos empréstimos no âmbito do programa, sendo que o valor de tais garantias deveria ser 20% superior ao do empréstimo concedido, cujo custo deveria ser 2% superior ao das garantias.

A primeira operação envolvendo o PROER foi aquisição da parte relativa ao “good bank” do Banco Nacional pelo Unibanco, operação que foi em grande parte garantida com títulos do Tesouro Nacional. Em seguida as operações tiveram relação com o processo de desnacionalização do sistema bancário, pois envolveu a transferência do controle do Bamerindus para o HSBC, em 1997, e do Excel Econômico para o BBVA, no ano seguinte. Já no caso do BCN, foi realizada a venda de seus créditos com 57,5% de deságio, mas com pagamento à vista. Podemos observar que o programa de estímulo ao sistema financeiro nacional, em sentido genérico, teve medidas concretamente voltadas para a concentração do capital privado nacional presente no setor bancário.

Verifica-se assim que os bancos federais foram usados de amplas maneiras para impedir-se uma ruptura do sistema bancária nacional, seguida pelos PROER e como última instância pelo capital estrangeiro, mesmo que isso ocasionasse a desnacionalização do sistema.

Com relação ao Banco do Brasil no PROER, este não apenas foi preservado, como fez investimentos em infra-estrutura de tecnologia e comunicações, além de expansão de rede. Quanto aos

recursos, os mesmo foram decorrentes da capacidade da instituição de autofinanciamento, por sua vez alimentada pelo saneamento e capitalização por parte do Tesouro Nacional.

Outro fator de destaque no que diz respeito às instituições financeira federais, em especial ao BB, foi o programa de saneamento financeiro que “desinflou” sua estrutura, retirando parcela substancial de créditos problemáticos de seus ativos, sendo grande parte securitizadas e transferidos para unidades responsáveis por sua cobrança. Este programa de saneamento foi posterior complementado pelo Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (2001), com ações de relevante impacto na estrutura de ativos no BB, conforme indica a tabela abaixo:

Quadro 1- Reestruturação Patrimonial e Financeira do BB (2001)

Títulos da Dívida Externa Brasileira		Permuta de títulos brasileiros no exterior por títulos do TN, no total de US\$ 3.059 mi.
Securitização das Dívidas Rurais – Recursos Próprios		Extinção da coobrigação (risco de crédito) do BB em R\$ 5.244 mi; redução APR em R\$ 2.662 mi.
Securitização das Dívidas Rurais – Rec. de Terceiros		Desoneração de risco, aquisição ou dação em pgto. de ops. no valor de R\$ 2.060 mi feitas com recursos. Bndes, fundos, TN; mesma redução dos Ativ. Pond. Risco
Fundos Constitucionais		Assunção pelo FCO do risco das ops contratadas até 30.11.98, no valor de R\$ 695 mi. Mesma redução dos Ativos Ponderados pelo Risco (APR)
Funcafê e Prodecer II		Dação em pgto. à União das ops. pelo Funcafê – R\$ 921 mi – e Prodecer II – R\$ 268 milhões. Mesma redução dos APR.
Programa Esp. Saneamento de Ativos (PESA)		Cessão da carteira de ativos do BB p/ o TN em troca de títulos federais. Vlr R\$ 4.129 mi, com redução de R\$ 414 mi dos APR.
Enquadramento de Capital		Inclusão do saldo das ops. do FCO como capital nível II, no valor de R\$ 2.810 mi.

Fonte: Ministério da Fazenda, In: (Vidotto 2002:20)

Os objetivos oficiais do programa foram adequar as IFPFs à regulamentação bancária em geral, além de intensificar a capacidade de concorrência frente às alterações do mercado nacional, dando

também maior transparência dos subsídios embutidos nos bancos federais. Este programa trouxe uma aproximação quanto a regulamentação dos bancos públicos federais frente aos privados.

Em suma, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, a consolidação bancária veio como resposta a estruturas bancárias frágeis, ocorrendo em grande medida sobre iniciativas adotadas pelo governo em 1995, período no qual quase ocorreu uma crise bancária. O movimento ocorreu principalmente através de programas de reestruturação bancária, PROES E PROER, e da liberalização das normas quanto a entrada de bancos estrangeiros, que se encontravam em pleno movimento de consolidação internacional e em busca de novos mercados. Em um segundo momento, este processo de consolidação foi guiado pelo mercado, principalmente pelos bancos estrangeiros e privados nacionais (F&A).

Uma das peculiaridades brasileiras foi a vigorosa reação dos grandes bancos privados nacionais frente à entrada dos bancos estrangeiros, participando de forma ativa dos processos de F&A, buscando assim garantir poder de mercado e rentabilidade no mercado bancário nacional, o que aumentou de forma significativa a concentração e a concorrência no mercado bancário nacional. Em um segundo momento, visto a retração nas F&A dos bancos estrangeiros, os bancos privados nacionais dominaram o movimento de consolidação por meio de aquisição e conglomerações, enquanto que os principais bancos federais encontravam-se estagnados em um processo de saneamento financeiro.

Uma vez descrito o cenário resta avaliar como o Banco do Brasil, enquanto instituição financeira, responde a tais transformações. Para tanto, entende-se como necessário avaliar a trajetória da instituição, o que será objeto de análise do próximo capítulo.

Capítulo 2

História e evolução do Banco do Brasil

Neste capítulo o intento é fazer um rápido panorama histórico do Banco do Brasil. Para tal será feita uma abordagem de sua trajetória desde sua criação até meados dos anos 1990. Com isso busca-se esclarecer as principais funções do banco ao longo do tempo, mostrando a alteração da trajetória percorrida pela instituição diante dos diferentes cenários econômicos e de interesses do contexto nacional.

Esta análise torna-se fundamental para que, em um segundo momento, possa-se identificar o papel do banco como um agente diretamente ligado ao governo, sendo instrumento para políticas econômicas e de fomento. Será possível também observar como esse caráter de agente público foi sendo alterado durante a história, desvinculando paulatinamente a instituição de seus laços com o poder público, sem negar, no entanto, que nos dias de hoje estes ainda sejam fortes.

2.1 - Criação e trajetória do Banco do Brasil no século XIX.

O Banco do Brasil foi criado em 12 de outubro de 1808, por um alvará do príncipe regente D. João, em decorrência da chegada da corte portuguesa ao Brasil e da abertura dos portos às nações amigas, dando início ao sistema financeiro brasileiro. Inicialmente, sua estrutura foi baseada no Banco da Inglaterra, possuindo prazo de duração estipulado em 20 anos, quando seria dissolvido ou novamente constituído se fosse do interesse do governo. O capital inicial do banco era de 1.200 ações de um conto de réis cada uma e o lançamento público destinava-se à subscrição por grandes negociantes ou pessoas abastadas. Seu objetivo era ser um banco de abrangência nacional, facilitando a circulação de fundos considerados necessários ao atendimento das despesas do Estado, operando com depósitos, descontos e emissão (Banco do Brasil, 1996a).

Como única instituição financeira estabelecida no território nacional, ele possuía o privilégio de venda de produtos privativos da administração e contratos reais. Foi o primeiro banco nos domínios

portugueses e era o quarto organismo emissor de moeda no mundo, ficando atrás apenas dos bancos da Suécia, da Inglaterra e da França (Banco do Brasil, 1992a).

Até a chegada da família real ao Brasil, o que culminou com a criação do Banco do Brasil, apenas capitalistas nacionais e ingleses operavam no mercado de crédito doméstico, não havendo instituições sólidas e formalmente constituídas com tal objetivo. Estes capitalistas utilizavam como fontes de recursos saques em praças européias e convertiam suas receitas em depósito, na maior parte das vezes nos bancos da Inglaterra ou em títulos de renda assegurada do governo inglês.

Apenas em 1836, com a criação do Banco do Ceará começaram a ser instalados bancos privados, tais como o Banco Comercial do Rio de Janeiro, em 1838, o Banco do Maranhão, em 1846, o Banco do Pará, em 1847, o Banco Comercial de Pernambuco, em 1851 e o Banco Comercial do Pará, em 1853. A partir de 1860, as atividades de intermediação financeira no Brasil foram ampliadas com a chegada de bancos estrangeiros, inicialmente, o London & Brazilian Bank e The Brazilian and Portuguese Bank. No final da década de 1870, já existiam no País 17 bancos que atuavam preponderantemente no apoio financeiro aos setores cafeeiro e de infra-estrutura.

No início do século XIX a economia brasileira vivia o fim do ciclo da mineração e o Banco do Brasil teve papel relevante como importante instrumento de autonomia econômica e financeira para a vida econômica doméstica. Sua atuação principal concentrava-se nas cidades litorâneas, visto a presença da família real no Rio de Janeiro, além de cidades como Bahia, Recife e Belém serem de grande desenvolvimento comercial envolvendo transações com numerários, enquanto regiões agrícolas e de mineração pouco faziam utilização moeda. Apesar de desempenhar papel crucial para a economia doméstica, a falência do banco ocorreu com o retorno da família real para Portugal (1821), visto que além de custear a estadia da nobreza no Brasil, com o retorno para Portugal D. João VI levou os recursos depositados no Banco, já em crise devido à sua profunda vinculação com os interesses da Coroa.

Contudo, foi com o apoio do Banco do Brasil que foram custeados hospitais, escolas e equipados os navios que minaram as últimas resistências lusitanas, assegurando a independência do Brasil, em 1822 (Banco do Brasil, 1992a). A empresa foi liquidada em 1829 pela Assembléia

Legislativa do Império em função dos impactos de suas emissões (utilizadas para satisfazer necessidades da numerosa corte portuguesa no pagamento de indenizações a Portugal pela independência e para cobrir gastos militares com a guerra Cisplatina).

Após longo período de liquidação da instituição, em 1853 ocorreu a criação de um novo banco nacional, fruto da fusão de Casa Homônima criada em 1851 com o Banco Central do Rio de Janeiro, fundado em 1938. Deu-se então a segunda fundação do Banco do Brasil. Suas atividades, somadas a de banco comercial, destacavam-se como instituição de fomento econômico. As atividades de fomento executadas pelo Banco do Brasil em benefício da economia nacional foram reforçadas em 1888, quando um acordo com o Governo assegurou a abertura de linhas de crédito especiais, destinadas ao assentamento de imigrantes europeus em fazendas de café do sul do País (Banco do Brasil, 1990a). Com a Proclamação da República, em 1889, o Banco do Brasil foi chamado a cooperar na gestão financeira do novo regime e passou a destacar-se como agente saneador das finanças, abaladas pela crise do fim da Monarquia.

Em 1892, devido à profunda crise de crédito e bancária no país, ocorreu a junção deste segundo Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, duas casas estas que estavam em eminente situação de falência. Esta fusão ocorreu como uma necessidade de expansão e consolidação da riqueza no interior e nas relações exteriores do país. Nos moldes de 1853, o Banco do Brasil deixava novamente de existir, emergindo um terceiro banco com caráter de total autonomia econômica e financeira, tendo papel de instituição de provedora de equilíbrio e planejamento orçamentário nacional, além de suas funções anteriores mencionadas. A partir de então, sua trajetória caracterizou-se pela atuação decisiva nos momentos mais importantes da vida brasileira, exercendo funções de banco central, agente financeiro do Governo, banco comercial e banco de fomento.

2.2- Evolução e atuações decisivas do Banco do Brasil na economia brasileira durante o Século XX

Na primeira metade do século XX, mesmo com a ocorrência de duas guerras mundiais, o Brasil experimentou momentos de prosperidade e crescimento econômico, visto o desenvolvimento do

parque industrial (1930 a 1937) e a criação de mais de 12 mil estabelecimentos industriais (BB, 1988, p.186). Com o início do Estado Novo, o banco desempenhou papel fundamental como principal instrumento do governo federal de crédito e financiamento. A consolidação do papel do Banco do Brasil como grande impulsionador do progresso começou de forma definitiva com a sua estruturação em carteiras e com a expansão da sua rede de agências, a partir da década de 1930 (Banco do Brasil, 1990).

Em 1924, ocorreu uma reforma bancária que teve como finalidade organizar e fortalecer o sistema bancário nacional, conseqüentemente dando origem a criação de um órgão de controle denominado Inspetoria Geral de Bancos, e atribuiu ao Banco do Brasil a função de banco emissor.

No ano de 1937, as operações de fomento foram reforçadas com a abertura da Carteira de Crédito agrícola e Industrial (CREAI) que representa um verdadeiro marco na história da agricultura brasileira, colocando à disposição dos produtores um mecanismo regulador de crédito, dando novo estímulo à expansão dos setores industrial e rural brasileiro (Banco do Brasil, 1988a).

No início dos anos 1940, apoiado na atuação da CREAI, o Banco do Brasil participou de forma ativa da marcha para o Oeste, deflagrada pelo presidente Getúlio Vargas com o objetivo de dinamizar a economia interiorana, mediante a incorporação de milhões de hectares de terras e milhares de brasileiros ao processo produtivo” (Banco do Brasil, 1990a, p.4). Com a aprovação da Lei de Sociedades Anônimas, o banco passou a atuar como autoridade monetária doméstica e como banco comercial.

Após a segunda guerra mundial, a inflação que se instalou no País levou à desorganização dos negócios financeiros exigindo a criação de um órgão controlador e fiscalizador do sistema bancário, visto a falta de eficiência do Banco do Brasil em operar como órgão emissor e de controle inflacionário. Assim, em 1945, por meio do Decreto-Lei Nº 7.293, a Inspetoria Geral de Bancos transformou-se na SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito, subordinada ao poder executivo. As medidas para regularizar e controlar o sistema foram adotadas a partir da criação da SUMOC provocando intenso processo de fusões e incorporações ou o encerramento das atividades de alguns bancos.

O Banco do Brasil, que até então desempenhava funções de banco emissor e de fomento à produção agro-industrial, junto com a SUMOC, bancos denominados comerciais, caixas econômicas, bancos públicos de fomento, financeiras, companhias de seguro e capitalização e das bolsas de valores, formavam o Sistema Financeiro Nacional.

Em 31 de dezembro de 1964, o governo Castello Branco editou a Lei Nº 4.595, conhecida como “Reforma Bancária”. Com ela foram criados o Banco Central e o Conselho Monetário nacional, mas o Banco do Brasil, que abrigava a extinta SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito – criada em 1945 – não foi desobrigado de exercer funções de autoridade monetária. Ele continuou a atuar como agente financeiro do Tesouro Nacional, membro do Conselho Monetário Nacional e agente regulador de mercado. Para tanto, foi-lhe atribuída à administração da chamada “Conta de Movimento”, por meio da qual recebia recursos oficiais para financiar atividades consideradas prioritárias pelo Governo (Lei Nº 4.595, 1964). A “Conta de Movimento”, com seus recursos de custo zero, propiciava ao Banco do Brasil grande liberdade para operar no sistema bancário brasileiro (Banco do Brasil, 1988a).

No ano de 1968, o Governo deu início a um processo de incentivos a fusão de instituições financeiras. A hipótese dominante em questão era de que as economias de escala provenientes de instituições de grande porte seriam repassadas aos tomadores finais de crédito, o que poderia estimular o desenvolvimento do País. No mesmo contexto das fusões, teve início o movimento de expansão e de modernização das instituições financeiras acompanhado de novas formas de captação de recursos, modificando a composição dos ativos financeiros no mercado doméstico. Estes eram predominantemente monetários no início dos anos 1960, dando lugar aos ativos não-monetários no início dos anos 1970.

O Banco do Brasil funcionou como “autarquia de crédito” até a extinção da “Conta Movimento” pelo Conselho Monetário Nacional, em 30 de janeiro de 1986 por meio do voto nº 045. Mesmo após essa data, a Empresa continuou atuando como agente financeiro do Tesouro Nacional; como principal executor da política oficial de crédito rural lastreado com recursos captados no mercado ou com recursos repassados pelo Tesouro Nacional; como responsável pela compensação de cheques e outros papéis e como gestor executivo da política de comércio exterior por meio da CACEX Carteira de Comércio Exterior. Em troca da extinção dessa fonte de recursos, o Banco do Brasil

recebeu autorização para praticar todas as operações permitidas aos demais intermediários financeiros. A partir daí, a instituição passou a disputar mercado com as demais instituições do setor, começando uma nova história da organização.

A partir de 1988, devido à publicação da Resolução 1.524 do CMN, foi permitida a organização de instituições financeiras de atuação múltipla com caráter de personalidade jurídica própria. Essas instituições deveriam ser estruturadas obrigatoriamente sob a forma de sociedades anônimas e passaram a serem denominadas bancos múltiplos. A partir de então, foi admitido o acesso ao mercado financeiro de quaisquer instituições que pudessem comprovar posse de capital de acordo com o porte e risco do empreendimento, além de idoneidade e competência comprovadas pela atuação no mercado nacional.

2.3 – Os desafios do Banco do Brasil na década de 1990.

Ao se avaliar a reorientação do papel dos bancos públicos, e do Banco do Brasil em particular, algumas medidas tomadas pelo governo federal de 1993 a 1995 foram cruciais no que diz respeito à base. Destaque para:

- A criação do Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas (COMIF)
- O Plano de Curto Prazo, de 1994, que enfatizava a importância do sistema financeiro público e a necessidade de seu enquadramento para disciplinar os gastos governamentais;
- Plano de Ação Imediata (PAI), de 1995, o qual, no que diz respeito aos bancos públicos, explicitava a necessidade de sanear-los e definir mais claramente seu papel;
- A Nota Técnica 020/1995, do Ministério da Fazenda.

Tratando-se especificamente do Banco do Brasil, o documento mais importante é a Nota Técnica 020/1995 que consolida o papel do mesmo com suas características de conglomerado financeiro federal, com atribuições específicas de fomento agroindustrial, de fomento ao comércio exterior, de relacionamento com o mercado financeiro internacional e de principal agente financeiro do Tesouro Nacional. (Oliveira, 2003, p. 29).

Em relação a este ponto, é importante destacar o fato da reafirmação da permanência, em contexto aparentemente tão adverso, do setor público federal como participante direto e tão expressivo no sistema financeiro nacional e, mais ainda, ao caráter dessa reafirmação.

Nos anos de 1995 e 1996, a instituição apresenta resultados negativos que seriam decisivos para a alteração estratégica do banco e em sua trajetória futura. Em 1995 seu expressivo prejuízo (R\$ 4,88 bilhões) foi basicamente devido aos resultados negativos da intermediação financeira (R\$ 264,9 milhões) e ao alto grau de inadimplência da carteira de crédito. Nesse contexto, iniciaram-se as medidas saneadoras dentro do banco (Programa de Ajustes), visando à redução de despesas e ampliação de receitas. Em 1996, os prejuízos foram ainda maiores (R\$ 8,22 bilhões), resultantes, basicamente, do desempenho negativo da intermediação financeira (R\$ 2,79 bilhões).

Sobre a ótica estratégica do banco, havia a necessidade de reconhecer créditos em *default* e explicitar seu impacto nos demonstrativos contábeis. O reconhecimento das perdas pode ser explicado pela adoção de uma política conservadora de provisionamento de crédito e pelo “endurecimento” das negociações do Banco com seus devedores, sobretudo na área agrícola.

O Patrimônio Líquido do Banco ao final de 1995, era de R\$ 3,97 bilhões e o resultado do ano de 1996 foi um prejuízo de R\$ 8,22 bilhões. Dessa forma, o banco teria falido neste ano, caso não tivesse ocorrido um processo de capitalização. Esta capitalização ocorreu por meio de emissão de novas ações no valor de R\$ 8 bilhões, sendo R\$ 6,4 bilhões adquiridas pelo Tesouro Nacional, R\$ 500 milhões pelo BNDESPAR e o restante (R\$ 1,1 bilhão) pelo Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI). Houve expressivo aumento da participação do Tesouro no capital total do Banco, que de cerca de 30% passou a 73%. Graças à capitalização em tal proporção, foi possível equilibrar os problemas patrimoniais da instituição e ao mesmo tempo disponibilizar ao banco uma massa de créditos passíveis de recuperação no futuro.

Uma das conseqüências mais importantes dessa capitalização foi a adequação do patrimônio líquido do Banco às exigências do Acordo da Basiléia, adotado no Brasil em 1994, que estabelecia uma relação mínima de 8% entre o capital da instituição e os ativos ponderados pelo seu risco e que visava à melhoria da saúde e solidez do sistema bancário. Em 1995, o Índice do banco era 5,7% (inferior ao adequado) e, ao final de 1996, após a capitalização, alcançou 11,1%.

A partir de 1997, o Banco passou a gerar lucro. Como destaque, frente aos maus resultados de 1995 e 1996, encontra-se os resultados positivos das intermediações financeiras (basicamente operações de crédito). Destaca-se também no período uma importante tendência de queda na despesa com pessoal, resultado do Programa de Ajustes, do qual o Programa de Desligamento Voluntário foi peça fundamental. A despesa de pessoal caiu de R\$ 7,2 bilhões, em 1995, para R\$ 6,1 bilhões em 2000.

Nesse cenário de reformas e reestruturações, além da percepção dos erros do passado responsáveis pelo estoque de problemas que se procurava contornar, analisava-se a falta capacidade da instituição de conceder crédito de forma prudente, em um cenário futuro de estabilidade monetária. Era clara a necessidade de adoção de novas práticas na área, práticas estas que já eram adotadas pelos bancos privados. Estabeleceram-se medidas cruciais, sendo as mais importantes: adoção do limite de crédito por cliente, segregação das funções de crédito e operacionais e decisão sobre concessão de crédito exclusivamente em regime colegiado.

A concessão do crédito passou a ser condicionada a avaliações dos setores de acordo com o interesse negocial para o Banco. Tais avaliações são objetos de revisões, com a finalidade de revisar a política de crédito e os riscos e limites de exposição de crédito por cliente. Já se destaca aqui, uma separação de crédito setorial, na qual visando a busca da valorização do capital, o banco prioriza setores determinados previamente em detrimento de outros, estes ainda em desenvolvimento ou com baixa capacidade de concorrencial.

Uma questão importante neste período, para além dos resultados do Banco do Brasil sob o ponto de vista de uma “massa de capital que busca sua valorização” e de uma “fonte de geração de superávit primário para o seu controlador” (Oliveira, 2003, p. 45), é o fato de o Banco continuar atuando como uma instituição central e estratégica na operação de políticas públicas. Algo a se levantar é se o Banco do Brasil, após esse processo de capitalização, fortaleceu-se, de fato, como banco público, ou apenas iniciou uma nova trajetória como banco estatal, devidamente fortalecido.

Para Oliveira (2003), cujo trabalho foca a questão do crédito agrícola, após 1995, a gestão da carteira de crédito agrícola é submetida aos rigores da globalização financeira, por meio do ajuste fiscal e dos princípios de regulação prudencial ditados pelo Acordo de Basiléia. A busca de

rentabilidade mínima no crédito rural passa a ser determinante para a sobrevivência do Banco do Brasil. O autor ainda afirma que fazer operações de crédito mais seguras e lucrativas (atuar como um banco comercial típico) tem um custo social nada desprezível (e pouco salientado), visto a exclusão de pequenos produtores em detrimento dos grandes grupos (*agrobusiness*).

Quanto à composição do *funding* da instituição, houve queda da participação dos recursos do Tesouro Nacional no passivo (de 1,3% em 1996 para 0,64% em 2000), além de redução no total dos recursos oficiais em relação ao passivo total (de 7,95% em 1996 para 6,74% em 2000), (Andrade, R. P: Deos, S, 2007).

Quanto à participação do banco no total das operações de crédito do sistema bancário, esta caiu de 19,9%, em 1994, para 16%, em 1995, visto a mudança nos critérios de avaliação dos créditos problemáticos, inclusive o provisionamento dos créditos inadimplentes. Em 1996, pelo mesmo motivo, chegou a 10,6% e permanecendo neste nível em 1997. O montante de operações de crédito do banco no ano de 1995 foi de R\$ 38,8 bilhões, passando para o montante de R\$ 28 bilhões no período 1996 a 1998, o que implicou um encolhimento expressivo da carteira.

No ano de 1998, o Banco do Brasil apresentou uma ligeira recuperação, no entanto não recuperou posição até o final da década, fechando o ano de 2000 como detentor de 11% do total das operações de crédito. Uma questão importante é averiguar, novamente, o enquadramento do Banco do Brasil no chamado Índice da Basileia. Em 1997, o Banco Central do Brasil elevou o nível de adequação ao índice de capital dos bancos atuantes no sistema financeiro nacional para 11%, frente aos 8% recomendados pelo Comitê da Basileia, que o próprio Banco Central exigira dos bancos entre 1994 a 1996. Com esse novo requerimento de capital, o Banco do Brasil viu-se com sua estrutura de capitais inadequadas, enquadradas em 1997 (10,8%), 1998 (11,1%) e novamente desenquadrada em 1999 (9,2%). É nesse contexto que se pode entender, especificamente para o caso do BB, o conteúdo do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (MP2196, de junho de 2001) e as mudanças cruciais que seguiram.

Na análise apresentada até então, torna-se necessário o destaque da evolução da estrutura de ativos, evolução do crédito e critérios de desempenho, além da política econômica por trás da aparente concepção privatista da gestão estratégica do banco. Tem-se assim uma clara alteração na trajetória da

instituição, afastando-se das atividades de menor rentabilidade pautado pela alteração para um *funding* de mercado, num contexto de ausência de uma política industrial.

Como característica marcando do período verifica-se que as características conjunturais internas e externas, fizeram com que a gestão administrativa do banco no primeiro governo FHC esbarrasse em limites estruturais. Com isso, verifica-se que a mesma ordem de determinações que levou ao processo de expansão do conglomerado também restringiu a perspectiva para seu desdobramento, visto a inadimplência e os prejuízos, além do fracasso na tentativa de ampliar a participação privada no capital social da instituição e levá-la a uma possível privatização no período.

Em suma, o Banco do Brasil, desde sua criação, justifica seu papel como uma instituição diretamente ligada à história e a economia do país, sendo em muitos momentos órgão decisivo de atuação econômica, de fomento, de emissão, de Banco Central, de crédito e de banco comercial. Em sua trajetória, significativas foram as mudanças na estrutura de ativos e de seu capital, além das próprias decisões estratégicas da instituição muitas vezes diretamente influenciadas pelo caráter de banco de fomento e agente de desenvolvimento do governo. Devido a sua crise e necessidade de saneamento na década de 1990, a instituição passou por decisivos processos de reestruturações, assistindo de forma complacente a alteração concorrencial do mercado doméstico, dada a entrada de bancos estrangeiros e o movimento de consolidação que se inicia. O banco do Brasil reage e apresenta resultados enquanto firma maximizadora importantes, que é o que se discute no item que segue.

2.4 - Indicadores Operacionais e de Eficiência

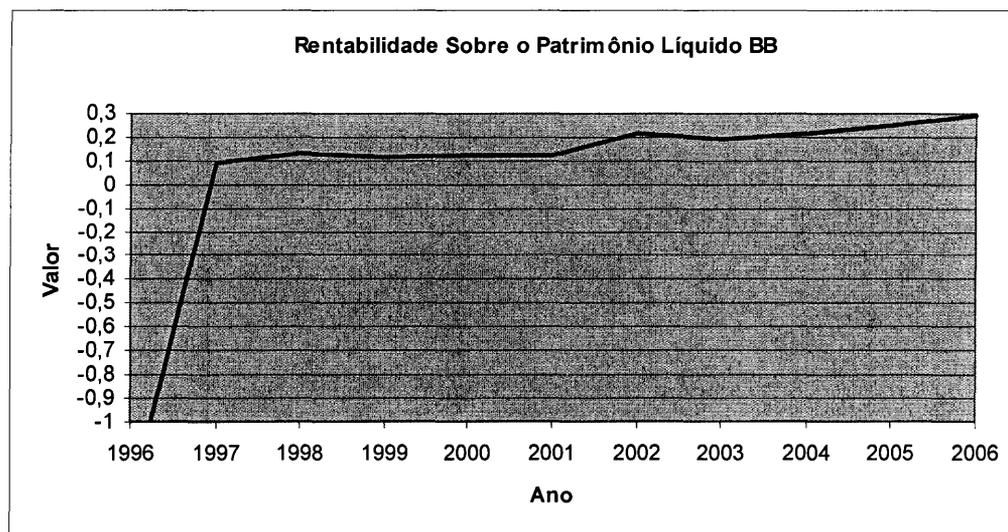
Após a análise das mudanças ocorridas no Banco do Brasil durante as últimas décadas, torna-se pertinente a avaliação da alteração do balanço da instituição, apresentando os reflexos da alteração de sua trajetória. Como forma de ilustrar o esforço da instituição para apresentar retornos aos acionistas, serão discutidos alguns indicadores que sinalizam a evolução conseguida pela instituição no que diz respeito a sua eficiência e forma operacional no período mais recentes, de 1996 a 2006.

2.4.1- Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (RSPL)

Para o cálculo da rentabilidade sobre o patrimônio líquido, utilizou-se a razão entre lucro líquido e patrimônio líquido, sendo que quanto maior o valor obtido, melhor terá sido a performance de rentabilidade da instituição. Este indicador é útil para a avaliação da taxa de retorno aos acionistas e funciona também como uma forma de medir a capacidade da instituição de administrar seus ativos, remunerando assim, de forma geral, os proprietários de seu capital.

O Gráfico 2 indica a trajetória do índice de RSPL relativo ao Banco do Brasil no período relevante da análise, a saber entre 1996 e 2006.

Gráfico 2 –



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do BCB

Em 1995 o banco apresentou resultados negativos, algo que ao final de 1996 somava um prejuízo líquido à instituição de cerca de R\$7,5 bilhões, enquanto que seu patrimônio líquido ao final de 2006 somava apenas R\$5,5 bilhões (valores correntes da época), ocasionando uma RSPL de -134%. Esse período foi o caracterizado pelo movimento de capitalização à instituição por parte do Tesouro Nacional no valor de R\$8 bilhões, impedindo assim a falência do banco, como já discutido.

Após este movimento de capitalização ao banco e suas alterações patrimoniais e operacionais já mencionadas, em 1997 a instituição volta a apresentar resultado positivo, gerando um lucro líquido de R\$573 milhões, algo que representou uma rentabilidade de aproximadamente 9% sobre seu patrimônio líquido da época.

A evolução da rentabilidade do Banco do Brasil permanece praticamente estática até o ano 2000, período pela qual o banco continua a se reestruturar, atravessando momento de instabilidade na conjuntura econômica nacional. Verifica-se que apenas após 2001 uma recuperação significativa quanto a evolução da rentabilidade do banco, algo extremamente relacionado a reestruturação decorrida nos anos anteriores no que diz respeito a seu caráter operacional, missão e gestão.

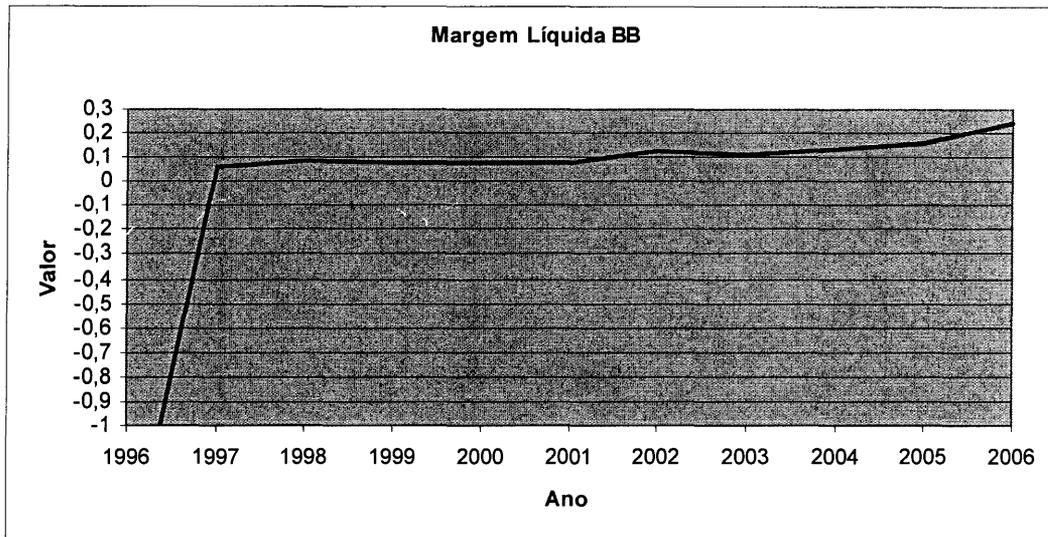
Nos anos que se seguem, o banco passa a apresentar índices recordes de rentabilidade sobre seu patrimônio líquido (21% em 2003), algo extremamente relacionado às suas novas frentes de atuação, principalmente no que diz respeito ao crédito e diversificação de suas atividades além de banco comercial. Já em 2004, o índice atinge nível recorde (23%), superior ao observado na década de 1980 e no início dos anos noventa, onde as receitas inflacionárias constituíam umas das principais fontes de receitas ao banco. Nosso último ano de análise, 2006, mostra um espetacular lucro do Banco do Brasil (R\$6 bilhões), representando RSPL próximo a 30%.

Em uma breve análise quanto à trajetória do resultado do Banco do Brasil no período selecionado, principalmente no que diz respeito ao RSPL, verifica-se um desempenho surpreendente da instituição, mostrando ter criado bases sólidas após profundas reestruturações operacionais e de gestão estratégica, além da diversificação observada nos diferentes ramos de atuação e sua consolidação acentuada como banco comercial, ganhando espaço no mercado e voltando a pressionar de forma contundente os demais bancos comerciais do setor nacional.

2.4.2- Margem Líquida

Para a obtenção do indicador de margem líquida, utiliza-se a razão entre lucros e receitas da instituição. Sendo assim, quanto maior o valor obtido, melhor terá sido a administração da instituição do que diz respeito à geração de seu lucro, evidenciando sua capacidade de eficiência dos diversos serviços prestados. O gráfico 3 apresenta essa relação.

Gráfico 3-



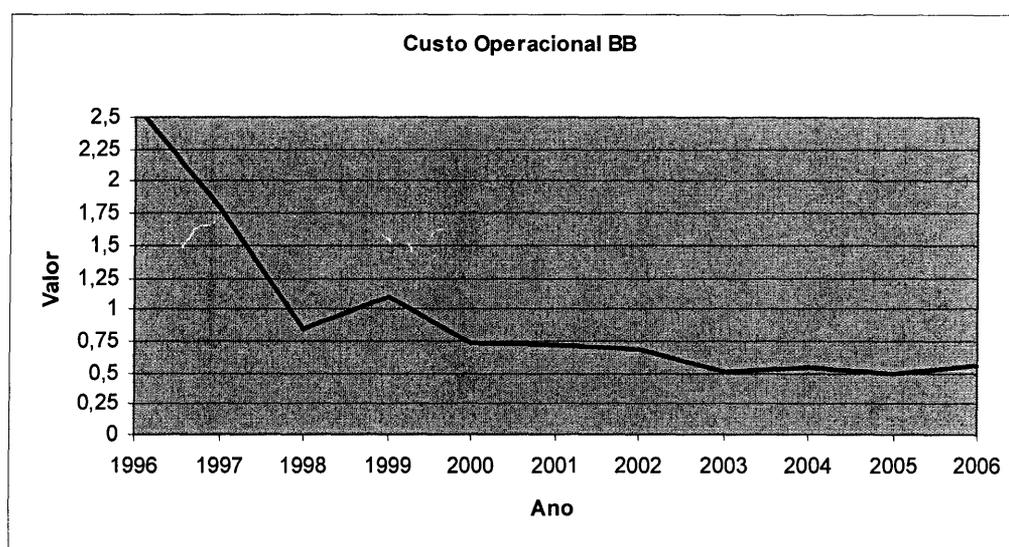
Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do BCB

Após 1995, melhora os ganhos associados à eficiência do Banco do Brasil, conseguindo paulatinamente aumentar a proporção de seu lucro líquido quando comparado ao total de suas receitas. Em 1996 a margem líquida do banco era de menos 160%, algo diretamente relacionado ao prejuízo do banco no período em questão. No período que se segue, vemos a constante busca do banco para ganhar eficiência em suas operações, algo que resulta em uma Margem Líquida de 23% no ano de 2006.

2.4.3 – Custo Operacional

O cálculo do Custo Operacional é obtido pela razão entre custos operacionais e receitas de serviços. A composição dos custos operacionais da instituição é feita pela soma de suas despesas com pessoal e administrativas, ao passo que suas receitas de serviços são o somatório do resultado de intermediação financeira, juntamente com as receitas de serviços e operacionais. Este índice demonstra uma relação de quanto as instituições assumiram de despesas para gerarem suas receitas totais. Sendo assim, quando menor o valor do índice mais eficiente será a empresa.

Gráfico 4 –



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do BCB

Analisando a trajetória dos custos operacionais do Banco do Brasil, verifica-se algumas particularidades interessantes no período entre 1996 e 1998. Em 1996 ocorre um forte aumento das despesas com pessoal devido ao pagamento de indenizações do Programa de Demissões Voluntárias (PDV) que buscava a adequação quantitativa de pessoal à capacidade de geração de receitas, com vistas a preservar a saúde financeira da empresa. O objetivo deste programa era reduzir o quadro de pessoal, que na época era em torno de 130 mil funcionários. Foram apontados 50 mil funcionários passíveis de demissão e se ofereceu indenização para que 15 mil se demitissem voluntariamente. Com isso, estimava-se que ocorreria uma redução em despesas de pessoal em torno de 900 milhões de reais por ano (Banco do Brasil S.A. – PDV 2005). Por outro lado, as despesas administrativas permaneceram estáveis e as receitas da instituição tiveram forte avanço.

No ano de 1998, as despesas do banco (administrativas e com pessoal) permanecem praticamente constantes, ao passo que suas receitas operacionais, de serviços e de intermediação financeira apresentam significativo crescimento. No ano seguinte, embora tenha ocorrido manutenção das despesas e leve evolução das receitas operacionais e de serviços, ocorre significativa redução no

resultado do banco com as operações de intermediação financeiras, apresentando um resultado R\$2,7 bilhões inferior ao ano anterior, o que justifica a elevação do custo operacional no ano de 1999 (resultado negativo com derivativos e aumento do custo de captação de recursos no mercado).

Após 1999, volta-se a observar a retomada na trajetória de redução no índice de custos operacionais da instituição. Entre os anos de 2001 e 2006 houve um crescimento expressivo nas receitas da intermediação financeira, mas com muitas oscilações durante o período. Tal comportamento decorreu das flutuações nas receitas advindas das operações com títulos e valores mobiliários, uma vez que as receitas de operações de crédito apresentaram uma tendência mais constante de crescimento. O resultado da intermediação financeira mudou expressivamente de 2001 para 2002, apresentando crescimento de mais de 100%, permanecendo neste novo nível ao longo do período.

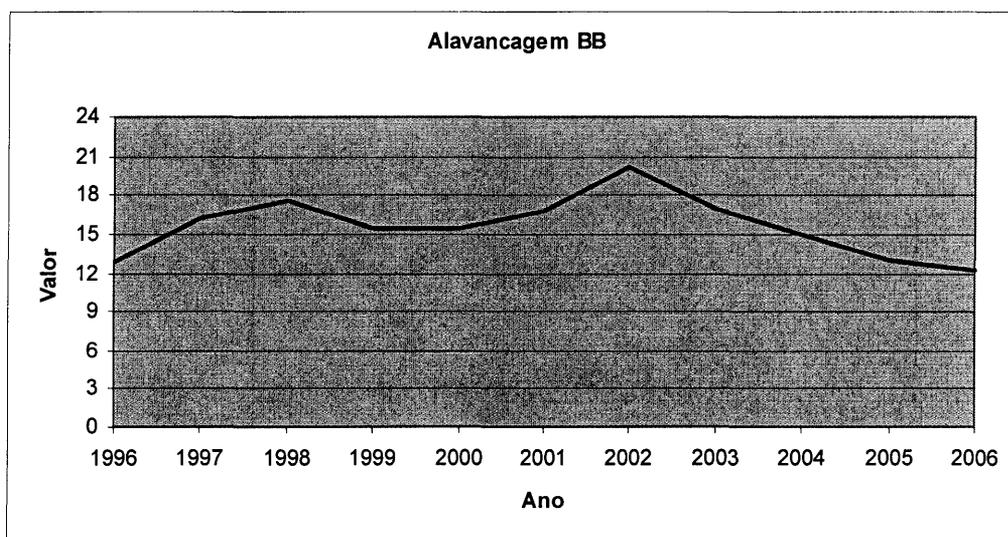
O resultado operacional, por sua vez, apresentou uma tendência mais regular de elevação no período. As elevações nas receitas de prestação de serviços cresceram em pouco mais de 100% de 2001 para 2006. Em 2000, o banco apresentava um total de despesas com pessoas e administrativas de R\$8,5 bilhões, enquanto que suas receitas totais somavam R\$12,3 bilhões (valores de 2000), tendo um custo operacional de 0,73. Já em 2006, as despesas totais do banco somavam R\$13,7 bilhões, enquanto que suas receitas totais passavam os R\$25 bilhões (valores de 2006), ocasionando um índice de custo operacional de 0,54.

Em uma análise sucinta, verifica-se no período de 1996 a 2006 uma expressiva melhora no índice de custos operacionais do Banco do Brasil. Ocorreu uma readequação de suas despesas como resultado de um profundo processo de reestruturação administrativa e de recursos humanos, ao passo que duas receitas apresentam expressivas evoluções, principalmente no que tange as receitas com serviços e de intermediação financeira. Por meio do índice de custo operacional, podemos observar de forma clara a melhora na eficiência de gestão do banco ao readequar as despesas assumidas em relação as receitas geradas.

2.4.4 – Alavancagem

O cálculo do índice de alavancagem de uma instituição é feito dividindo o passivo total menos o patrimônio líquido pelo patrimônio líquido. Sua função é medir a agressividade da instituição pois indica a relação entre recursos de terceiro e capital próprio. Em outras palavras, o índice mede a capacidade de instituição de “operar” uma maior quantidade de recursos sem ter que aumentar seu capital próprio, alavancando posições ativas com recursos de terceiros. Sendo assim, quanto maior o grau de alavancagem, maior o risco assumido pela instituição frente o mercado.

Gráfico 5-



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do BCB

Analisando a trajetória de alavancagem do Banco do Brasil, torna-se evidente que entre 1996 a 1998 a instituição passa por um período de alavancagem no qual o índice vai de 12,7 para 17,6, aumentando paulatinamente seu risco ao operar no mercado cada vez mais com recursos de terceiros. Após 1998, ocorre uma redução no índice vinculada a postura mais conservadora dos bancos em geral em relação à crise Asiática e seus efeitos sobre o câmbio.

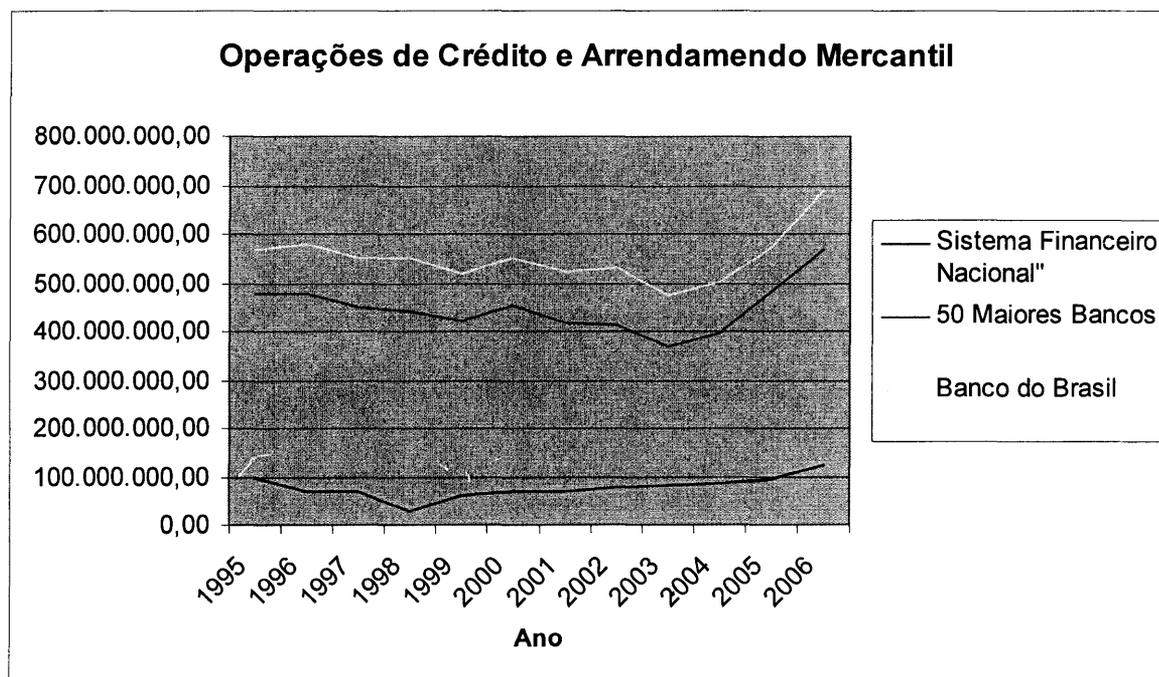
Após 2001, ocorreu forte movimento de desalavancagem no Banco do Brasil, tendo o índice voltado em 2006 para patamares da primeira metade do ano noventa (cerca de 0,12). Por meio do

Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (MP 2196 de 28/06/2001), procurou-se adequar os bancos controlados pelo governo federal a uma forma de regulação bancária semelhante à dos bancos privados. O objetivo desse programa era adequar as instituições financeira federais aos padrões internacionais estabelecidos pelo Acorda da Basiléia I, tornando-os mais fortes, competitivos e sobretudo mais transparentes, o que culminou com a adequação do Banco do Brasil aos índices da Basiléia e sua desalavancagem.

2.5- Evolução das Operações Totais de Crédito

No período em questão, ao se tratar da trajetória do Banco do Brasil, tornar-se indispensável a análise da evolução da instituição no que diz respeito às operações de crédito. No Gráfico 6 verifica-se a evolução das operações de crédito totais da instituição em comparação com os cinquenta maiores bancos e com o Sistema Financeiro Nacional como um todo. Consideramos para a análise os valores apresentados pelo BC (nos Ativos dos bancos) quanto a Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

Gráfico 6 –



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do BCB

De 1995 para 1996, devido à crise na instituição e a baixa contábil de ativos “podres” ligados ao crédito rural, verifica-se uma queda no valor total das operações de crédito do Banco do Brasil. Em 1995, o total era de aproximadamente R\$99 bilhões, indo para R\$69 bilhões ao final de 1996 (Valores inflacionados para 2006). Ao mesmo tempo, assiste-se a um movimento contrário no mercado, visto que o valor total das operações de crédito relativos aos 50 maiores bancos e ao Sistema Financeiro Nacional apresentavam-se em modesto crescimento. A manutenção da estabilidade econômica que se fez presente a partir da implantação do real em 1994, caracterizada pela eliminação de ganhos inflacionários e pela maior competitividade dos bancos no mercado de crédito e prestação de serviços, exigiu do sistema financeiro uma sensível reestruturação como forma de adaptar-se às novas condições do mercado. As transformações ocorridas elevaram com nitidez a escassez de receitas para substituir os ganhos gerados em operações relativas a *float*. Nesse cenário, a perda da receita do *float* demandou a readaptação da estrutura bancária para a atividade de operações de crédito, o que aumentou a competitividade no mercado.

A partir de 1997, as operações de crédito ganham força tanto no Banco do Brasil quanto no Sistema Financeiro Nacional, trajetória essa que só é interrompida em 1998, visto os reflexos da crise asiática. Ao final de 2000 e início de 2001, as expectativas quanto à evolução da economia brasileira mostravam-se favoráveis, reflexo da trajetória consistente dos fundamentos macroeconômicos internos e da baixa volatilidade nos mercados internacionais, o que ocasionou um leve crescimento das operações de crédito no território doméstico. No entanto, nos anos seguintes existe uma drástica redução nas operações de crédito das instituições bancárias e do Banco do Brasil em si, algo influenciado pela postura conservadora das instituições e a queda de liquidez internacional do período.

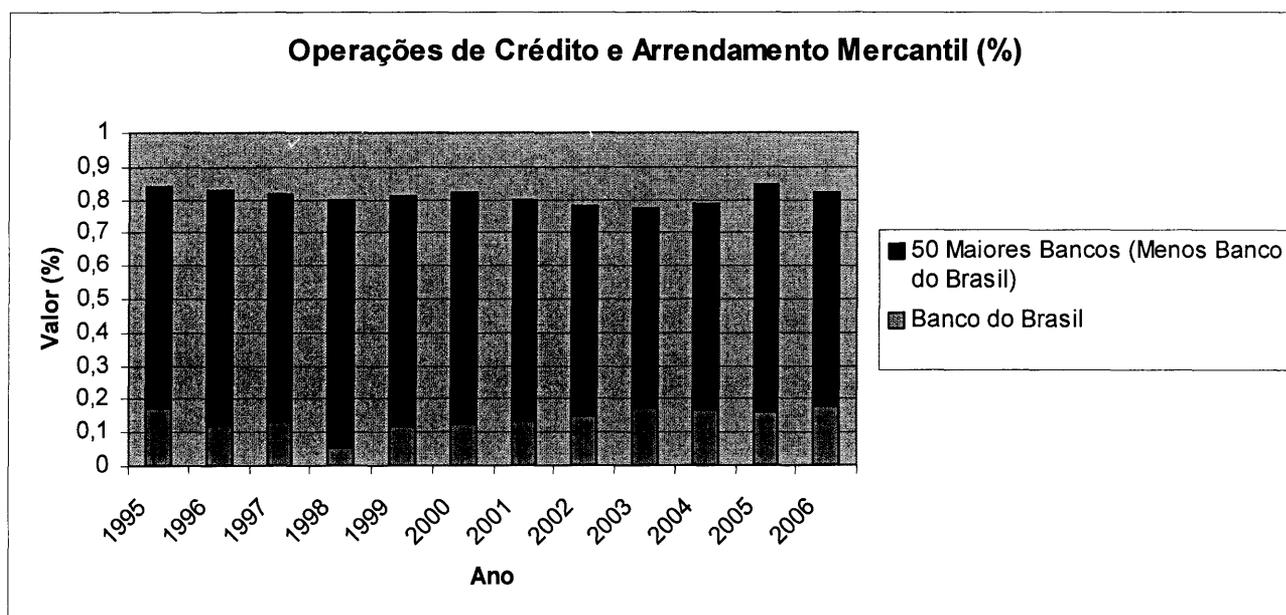
O desempenho das operações de crédito ao longo de 2001 refletiu a deterioração das expectativas dos agentes econômicos frente aos fatores adversos a que foi submetida à economia brasileira nesse ano, contrastando com o cenário prevalecente em 2000, caracterizado por crescimento da atividade econômica, estabilidade da conjuntura internacional, ampliação da oferta de recursos e trajetória decrescente das taxas de juros. Nesse sentido, em 2001, observou-se redução da demanda por recursos para consumo e investimentos, ao mesmo tempo em que se constatou elevação do custo do crédito e maior seletividade das instituições financeiras em suas operações ativas.

Verifica-se também a recuperação na trajetória das operações de crédito após 2003, período marcado pela volta da liquidez internacional e conjuntura econômica doméstica e internacional

favorável, ocasionando reflexos nas posturas dos bancos, pois estes passaram a buscar a expansão das operações. Tal expansão se deu pelo aumento da demanda por financiamentos para consumo e investimento, mostrando-se mais significativas nos financiamentos contratados por pessoas físicas, impulsionadas pelo crédito pessoal e consignação em folha de pagamento. O Banco do Brasil a partir de 2003 intensificou sua diversificação de produtos de crédito, buscando assim de adaptar a nova demanda do mercado, acompanhando a concorrência. Ao final de 2006, as operações totais do Banco do Brasil somam R\$123 bilhões (valores do ano), enquanto que o total dos 50 maiores bancos era de R\$566 bilhões e do Sistema Financeiro Nacional de R\$690 bilhões.

No período de 1995 a 2006, é evidente o fato de a trajetória do Banco do Brasil, no que tange as operações de crédito, acompanha o Sistema Financeiro Nacional, salvo algumas exceções. Neste movimento o banco mostra sua importância no sistema, mantendo sua participação quanto ao crédito total nos momentos de pior conjuntura econômica e avançando em momentos mais propícios. Algo apresentado no Gráfico 7 a seguir:

Gráfico 7-



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do BCB

No gráfico acima é possível notar uma forte variação no percentual que o Banco do Brasil detinha das operações totais de crédito do Sistema Financeiro Nacional. Em 1995, o percentual relativo ao banco era de 17,4%, sendo reduzido para 12,1% em 1996 e voltando a se recuperar no ano seguinte. Até 2000, o percentual da instituição em relação ao percentual dos 50 maiores bancos (excluído o BB), começa a evoluindo, tendo o banco ganhado com suas operações de crédito cada vez mais participação de mercado, chegando ao final de 2006 a 17,6% do total das operações de crédito do sistema.

Importante também ressaltar no período recente a importância da instituição quando ao crédito no Sistema Financeiro Nacional, importância esta que apesar das transformações do setor bancário nacional na década de noventa se manteve e vem crescendo nos últimos anos. O Banco do Brasil em momento algum perdeu seu papel nas operações de crédito nacionais e devido às transformações operacionais e gerenciais já mencionadas a instituição passou a incrementar a sua presença no seguimento de crédito nacional, ganhando mais eficiência administrativa e operacional, ocasionando assim elevação de sua rentabilidade.

2.6- Banco do Brasil e a Crise Recente

Interessa agora ressaltar que a despeito de o Banco do Brasil ter passado por transformações decisivas desde as crises do final dos anos 1990 e início da década seguinte que o fizeram assumir estratégias de gestão que se aproximavam mais de uma lógica privada do que do seu passado histórico de banco público, a ponto de serem aventadas a possibilidade de o banco estar perdendo a sua função social, as ações que ocorrem mais recentemente em função da crise internacional acaba por de alguma forma ressaltar sua missão institucional e seu papel ainda presente de instrumento de atuação econômica por parte do Governo Federal.

A denominada Crise do Subprime, ou Hipotecas de Risco, teve início nos Estados Unidos em 2007 e veio se intensificando. Nos últimos anos, com a alta dos preços de imóveis nos Estados Unidos e a alta liquidez (dinheiro disponível para empréstimos) no mercado internacional, os bancos e financeiras norte-americanas começaram a emprestar mais dinheiro para que pessoas com histórico de crédito considerado ruim para que comprassem casas. Antes, só tinham acesso a essas hipotecas credores com bons históricos de pagamentos de empréstimos e rendas comprovadas.

Além das hipotecas terem risco maior devido ao perfil dos tomadores de crédito, os bancos também passaram a fazer empréstimos não-tradicionais, com juros mais baixos nos primeiros anos do contrato (depois reajustados para taxas mais altas) e prestações iniciais só com o pagamento dos juros.

Os tomadores dessas hipotecas acreditavam que, com o preço das casas em alta, conseguiriam reajustar seus empréstimos e obter condições mais favoráveis quando o período de juros mais baixos terminasse. Porém, a “bolha” dos preços de casas estourou e muitas famílias passaram a não conseguir pagar suas hipotecas e perderam suas casas. Como o preço das casas caiu, muitas vezes os bancos não conseguiam reaver o que já tinham emprestado aos clientes.

Além de os bancos que fizeram os empréstimos terem prejuízos com essa situação, muitas dessas hipotecas são securitizadas nos EUA (agrupadas e transformadas em papéis que são comprados e vendidos). A securitização espalha o risco por todo o mercado e permite que os bancos emprestem mais dinheiro para financiamentos imobiliários, mas essas mesmas características fizeram com que, com a crise, os prejuízos atingissem dezenas de instituições financeiras e de fundos de investimento. Com o risco espalhado por todo o setor, acontece também uma crise de liquidez, já que as instituições relutam em emprestar dinheiro umas às outras.

O impacto da crise no Brasil ocorre de varias formas. Com a desorganização das finanças das famílias e com a redução do crédito disponível nos EUA, poderia haver redução no consumo e conseqüente recessão no país. Isso. Além disso, a menor liquidez no mercado internacional pode fazer com que os investidores prefiram investir em papéis de menor risco, como os do Tesouro dos EUA, tirando dinheiro de mercados como o brasileiro, que têm melhor retorno, mas maior risco.

Com a redução da liquidez no mercado brasileiro, muitas instituições financeiras e não financeiras já enfrentam dificuldades de obter crédito no mercado, seja para investimentos ou simplesmente para cobrir seus custos operacionais. Sendo assim, bancos podem sofrer impactos diretos por não conseguirem captar no mercado recursos para suas atividades.

Com vistas à redução dos impactos da crise, o Governo Central vem atuando no mercado nacional utilizando-se de seus mais variados recursos e instrumentos. Para conter a depreciação da moeda nacional, visto fuga de capitais do país e menores receitas com exportações, são feitos

diariamente leilões de contratos de *swap* no mercado de câmbio. Depósitos compulsórios (percentual dos depósitos que os bancos comerciais têm que manter junto ao BC) estão paulatinamente sendo liberados para disponibilizar recursos para que os bancos continuem sua atuação, principalmente no que diz respeito à concessão de crédito. Outra medida importante a de destacar é a mudança na forma como o Banco Central faz empréstimos para socorrer bancos com dificuldade de caixa. O Banco do Brasil, assim como a CEF, tem sido usado pelo Governo Federal como ferramenta de combate à crise.

Por medida provisória, a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou uma medida permitindo ao Banco do Brasil (BB) e à Caixa Econômica Federal (CEF) comprar bancos privados, como forma de enfrentar a crise internacional. Pela medida provisória, o BB e a CEF, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, podem adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, localizadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário e de capitalização.

Com o Banco do Brasil autorizado a adquirir participações em bancos privados, empresas dos ramos securitários, previdenciário e de capitalização, tem-se um esforço do Governo Federal de manter a solvência do Financeiro Nacional. Até o momento o banco vinha atuando na compra de carteiras de créditos de outras instituições, como instrumento do Governo Federal de prover liquidez as mesmas. A partir da autorização do Banco do Brasil de participação em instituições privadas o Governo a União (controlador do Banco do Brasil) visa também o fortalecimento concorrencial da instituição no mercado doméstico, sendo assim uma oportunidade gerada pela crise.

O Governo vem usando a instituição também como forma de prestador emergencial para grandes empresas. A Petrobrás precisou tomar dinheiro emprestado no Banco do Brasil no fim de Outubro de 2008. Num momento de crise no crédito e falta de dólares para exportação, a maior empresa brasileira fez uma operação de R\$ 750,99 milhões com o banco, além dos R\$ 2,022 bilhões tomados junto à Caixa Econômica Federal (Jornal Folha de São Paulo, 11/2008).

Com isso, a empresa ficou com 21% de todos os recursos em moeda estrangeira que o BB, principal financiador do comércio exterior, ofereceu aos exportadores em outubro. No mês, para ter uma idéia da dificuldade de obter dólares, houve queda de quase 30% nas operações de financiamento externos em relação a setembro.

Em Novembro de 2008 foi anunciado pelo Banco do Brasil a redução nos juros de diversas linhas de financiamentos para empresas e do cartão de crédito para pessoas físicas. A diretoria do banco afirmou que as novas taxas teriam como principal objetivo o aumento da oferta de crédito no mercado. Com a maior oferta, as empresas passaram a optar por outras linhas de financiamento o que teria levado o BB a praticar as reduções anunciadas ontem. Outra versão é de que a baixa teria atendido a um pedido da equipe econômica que, preocupada com a elevação dos juros, determinou que os bancos do governo atuassem para pressionar o mercado a cortar suas taxas (Jornal Folha de São Paulo, 11/2008).

No setor agrícola a Crise internacional causou a redução drástica na oferta de crédito ao setor, algo que foi aprofundado pela previsão de queda na safra agrícola para 2009. Como forma de reduzir a dificuldade do setor para o financiamento da safra de 2009, o Governo antecipou recursos para a agricultura, anunciou a liberação de R\$ 5,5 bilhões do Banco do Brasil.

Com esta nova crise financeira e seus impactos sobre a economia brasileira, é possível verificar que existe ainda forte vinculação do Banco do Brasil como instrumento do Governo Federal. Suas ações recentes deixam claro o uso do banco pelo Estado na tentativa de reduzir os impactos da crise, algo que traz novamente a discussão do papel social da instituição frente a sua nova estratégia de gestão. Pode-se constatar que as ações do banco não se restringem a determinados setores da economia, sendo efetuadas de maneira ampla e alinhadas ao interesse e objetivos do Governo Federal em sua estratégia de combate a crise e continuidade do desenvolvimento econômico do país.

Conclusões Finais

Nos anos 1990 o setor bancário nacional passou por diversas transformações em uma tentativa de adaptar-se a nova conjuntura econômica de estabilização, a liberalização financeira e a queda das receitas inflacionárias do passado. Neste caminho, diversas instituições financeiras apresentaram profundos problemas financeiros, entre elas o Banco do Brasil que já carregava consigo dificuldades oriundas de transformações da década de 1980.

Em meio à crise do setor, o Banco do Brasil foi forçado a capitalizar-se, alterando sua estrutura patrimonial e evitando uma eminente falência. Outras instituições financeiras nacionais, entre elas o quarto e o quinto maior banco da época, passaram por processos de fusões e aquisições, algo que contribuiu para a consolidação e internacionalização do setor bancário nacional.

O Banco do Brasil desempenha um papel de destaque no cenário financeiro brasileiro, sendo uma das mais importantes instituições nacionais e que ao longo de sua trajetória histórica foi responsável por diversos papéis na economia e no desenvolvimento nacional. Desde sua criação o banco chegou a exercer função de instituição monetária, banco central e principal órgão de planejamento e suporte ao desenvolvimento nacional. Sua história funde-se a do Brasil, tendo ele sempre tido crucial função social no desenvolvimento da nação.

Neste trabalho se buscou esclarecer a mudança de postura da instituição durante os anos 1990. Para isso, a tentativa foi de desenvolver uma análise sobre as principais alterações da economia nacional e do setor bancário especificamente desde a última década, possibilitando a uma visão mais ampla sobre os aspectos que ocasionariam a alteração na trajetória do banco quanto a sua missão institucional, gestão estratégica e composição patrimonial.

Ao fim foi possível concluir que as alterações na trajetória do banco não são causadas exclusivamente pela redução de seu papel social quanto ao desenvolvimento da nação. Esta é uma característica profundamente marcante no banco até os dias atuais. Há indícios suficientes para concluir que sua reestruturação administrativa e operacional veio como resposta as mudanças no setor bancário nacional, possibilitando assim a competitividade da instituição e sua readequação a padrões institucionais nacionais e internacionais, algo que acabou por aproximar sua gestão a dos bancos privados que atuam no território nacional, mas ainda é fortemente utilizado como instrumento do Governo Federal para políticas de desenvolvimento nacional.

Bibliografia Básica

- VIDOTTO, C. A. Banco do Brasil – Crise de uma empresa estatal do setor financeiro (1964-92). Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1995.
- ALVES, A. J.; CARVALHO, C. E.; STUDART, R. Desnacionalização do setor bancário e o financiamento das empresas: a experiência brasileira. Texto para discussão no.882. IPEA/Brasília, 2002.
- MENDONÇA, A. R. R.; ANDRADE, R. P. de. (Org.). Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basiléia. Campinas IE/Unicamp, 2006.
- PAULA, L. F. Banco Europeus no Brasil: razões e resultados da onda recente.UFRJ/Rio de Janeiro, 2003.
- CORAZZA, G. Crise e reestruturação bancária no Brasil. UFRGS, 2002.
- PAULA, L. F.; MARQUES, M. B. L. Tendências recentes de consolidação bancária no mundo e no Brasil. Texto originalmente apresentado no IX Encontro Nacional de Economia Política. Rio de Janeiro, 2004.
- BANCO DO BRASIL. História do Banco do Brasil. 2007.
- Prospectos de ofertas públicas do Banco do Brasil, 2006 e 2007 .
- JUNG, N. L. As mudanças no Banco do Brasil na década de 1990: identificação, causas e conseqüências. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2004.
- BNDES – Secretaria de Assuntos Econômicos. Maiores lucros aumentam dividendos dos bancos públicos. Visão do Desenvolvimento, n. 16, out. 2006.
- MURTA FILHO, M. M. Concorrência Bancária e Reformas Regulamentares: o caso da indústria bancária Brasileira. Universidade de Brasília – UnB, 2003.
- VIDOTTO, C. A. O programa de reforma dos bancos federais brasileiros: programa, base doutrinária e afinidades teóricas. Economia e Sociedade, v.14(2005).
- Relatórios de Economia bancária e crédito Bando Central do Brasil.(2001-2006).
- ANDRADE, R. P; DEOS, S. A trajetória do Banco do Brasil no período recente (2001-2006): banco público ou banco estatal “privado”? Texto para discussão. IE/UNICAMP n.136 (2007).